



CS BRASIL

Companhia de Serviços

DESTAQUES OPERACIONAIS E FINANCEIROS DE 2021

CS BRASIL PARTICIPAÇÕES APRESENTA

Lucro Líquido das operações continuadas de R\$ 33,1 milhões em 2021

Frota total operacional de 24.367 veículos no final do 4T21, no segmento de **Gestão e Terceirização de Frotas**, representando um crescimento de 63,3% em relação à frota total do final do 4T20.

Receita Líquida Total atinge R\$ 152,1 milhões no 4T21, crescimento de 29,8% em relação ao 4T20;

Lucro Bruto totaliza R\$ 74,2 milhões, com margem bruta de 48,8% no 4T21. Crescimento de 76,8% em relação ao 4T20;

EBIT atinge R\$ 69,6 milhões, com margem EBIT de 57,7% no 4T21. Crescimento de 74,4% em relação ao 4T20;

EBITDA Total totaliza R\$ 93,4 milhões, com margem EBITDA de 61,4% no 4T21. Crescimento nominal de 42,9% e 5.6 p.p. em margem líquida em relação ao 4T20.

Lucro Líquido atinge R\$ 33,1 milhões com margem Líquida de 21,7% no 4T21. Crescimento de 96,0% em valor nominal e 7.3 p.p. em margem líquida em relação ao 4T20;

Endividamento Bruto total de R\$ 265,4 milhões e **Endividamento líquido** registrou caixa superior ao endividamento bruto em R\$ 111,2 milhões no final do 4T21;

Mantivemos o caixa reforçado, capaz de cobrir em 4,3x a dívida bruta de curto prazo.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Encerramos o quarto trimestre de 2021 com crescimento em todos os indicadores operacionais e financeiros da Companhia. A CS Brasil Participações e Locações S.A. (CS Brasil Participações) e suas controladas apresentaram grandes conquistas, conseguimos alcançar R\$ 165,55 milhões em Receita Bruta Total e uma frota operacional de 24,4 mil veículos nas operações continuadas.

Finalizamos o 4T21 com a margem EBITDA Total sobre a receita líquida de serviços de 77,3%, demonstrando nossa capacidade de rentabilidade e previsibilidade em contratos de longo prazo.

A reestruturação societária da CS Participações foi aprovada, em assembleia geral extraordinária, na data de 26 de julho de 2021. A reestruturação consistiu na migração de toda a base acionária da Companhia para a Movida Participações S.A. ("Movida"), empresa também controlada pela Simpar S.A. Na mesma data, ainda como parte da reestruturação, foi aprovada a cisão da CS Participações, cujo acervo líquido incluiu o total dos saldos de investimento em participações societárias na controlada CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda. e na CS Finance.

Destacamos que da mesma forma que no setor privado, o setor público e as empresas de economia mista deverão continuar buscando ganho de eficiência operacional e financeira por meio da terceirização de serviços. A CS Brasil Participações e suas controladas, têm como princípio continuar adotando as melhores práticas na prestação de serviços ao setor público e, ao mesmo tempo, fazer uma boa gestão de portfólio de contratos e de custos visando continuar ampliando eus retornos.

A CS Brasil Participações e suas controladas, adotam elevados padrões de Governança, contribuindo para a evolução do Setor Público, por meio da inovação, eficiência e transparência, promovendo e consolidando um ambiente de segurança para sua atuação neste Setor.

Dentre as iniciativas em nossa Governança, destacam-se:

Comitê de Sustentabilidade da CS Brasil: estabelecido em 2020 e composto por 3 membros, sendo um membro independente, realiza encontros bimestrais e possui como principais atribuições a incorporação da **sustentabilidade na estratégia corporativa** e a **validação e acompanhamento de projetos, indicadores e iniciativas ASG**.

Código de Conduta: é composto por um conjunto de orientações sistematizadas que retratam os **valores da companhia e que devem nortear sua atuação**.

Canal de Denúncia: atendimento terceirizado, visando dar maior credibilidade ao **anonimato do denunciante** e tornar mais eficiente o retorno da apuração da denúncia, com atendimento disponível 24 horas por dia.

Política Anticorrupção: abrange um conjunto de Políticas que a Companhia entende essenciais para o efetivo combate a corrupção, são elas:

- Políticas de Interação com o Poder Público;
- Política de Participação em Licitação;
- Política de Doações e Patrocínios;
- Política de Brinde, Presente, Entretenimento e Hospitalidade.

Linha Transparente: canal gratuito, acessível ao público interno e externo, para dúvidas ou solicitação de informações sobre o Código de Conduta, Políticas Anticorrupção ou normas internas da Companhia, foi disponibilizada a **Linha Transparente**, através do telefone: 0800 726 7250.

Sala de Licitações: A Sala de Licitações é um ambiente seguro e 100% monitorado eletronicamente criado exclusivamente para abrigar as fases de disputa dos processos de licitação pública. A sala possui **acesso restrito, equipamentos dedicados, infraestrutura de TI e Políticas e Procedimentos**, que são **certificados** por empresa independente.

Linhas monitoradas: meio de comunicação obrigatório para os colaboradores que precisam manter **contato com o pregoeiro e/ou agentes públicos** responsáveis e/ou envolvidos no processo licitatório, desde a publicação do edital até a assinatura do contrato.

Sistema de rastreabilidade licitatório: sistema eletrônico de *workflow* que evidencia e documenta todo o processo de licitação pública, desde a obtenção do Edital até a assinatura do contrato ou término do processo.

Portal da Transparência: é a ferramenta disponibilizada pela CS Brasil Participações e suas controladas para todos os interessados em navegar e **consultar informações a respeito dos seus contratos**. Além da publicação de uma série de dados ligados à operação, governança, conformidade, legislações e políticas, através do Portal, a CS Brasil Participações busca reforçar, **com visão inovadora**, o seu critério de **excelência na gestão, conformidade e transparência nos negócios**.

Agradecemos pelo trabalho dos nossos colaboradores que contribuíram na entrega dos resultados do terceiro trimestre e pela confiança dos nossos clientes, fornecedores e instituições financeiras.

Continuaremos nos diferenciando pelas nossas práticas de Governança, Compliance e Transparência e direcionando nosso crescimento com o foco no segmento de GTF, onde acreditamos no potencial de crescimento com rentabilidade e previsibilidade, contribuindo também para a eficiência dos serviços públicos no Brasil.

João Bosco Ribeiro
Diretor Presidente da CS Brasil Participações e Locações S.A.





CS BRASIL PARTICIPAÇÕES E LOCAÇÕES S.A.

CNPJ/MF Nº 35.502.310/0001-99 - NIRE 35231866177

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO 2021

1. Principais destaques financeiros:

1.1) Consolidado das operações continuadas:

Informações Financeiras (R\$ milhões)	4T20	4T21	▲ A/A
Receita Bruta	125,9	165,5	31,5%
Deduções da Receita	-8,8	-13,4	53,0%
Receita Líquida	117,1	152,1	29,8%
Receita Líquida de Serviços	79,2	120,8	52,5%
GTF Leves	76,3	115,5	51,3%
GTF Pesados	2,9	4,7	61,8%
Receita Líquida Venda de Ativos	37,9	31,3	-17,4%
Custos Totais	-75,2	-77,9	3,6%
Custos de Serviços	-42,0	-55,4	31,9%
Custos Venda de Ativos	-33,2	-22,6	-32,0%
Lucro Bruto	42,0	74,2	76,8%
Despesas Operacionais	-2,0	-4,6	122,5%
EBIT	39,9	69,6	74,4%
Margem (% ROL Serviços)	50,4%	57,7%	7,3 p.p.
Resultado Financeiro	-12,5	-20,4	63,5%
Impostos	-10,6	-16,1	53,0%
Lucro Líquido	16,9	33,1	96,0%
Margem (% ROL)	14,4%	21,7%	7,3 p.p.
Lucro Líquido das Operações Descontinuadas	1,4	0,0	-
Lucro Líquido	18,2	33,1	81,3%

Reconciliação do EBITDA (R\$ milhões)	4T20	4T21
Lucro Líquido	16,9	33,1
Resultado Financeiro	12,5	20,4
IR e Contribuição Social	10,6	16,1
Depreciação e Amortização	25,4	23,8
EBITDA	65,4	93,4

No 4T21, a Receita Bruta consolidada da CS Brasil Participações totalizou R\$ 165,5 milhões, crescimento de 31,5% em relação ao 4T20. A Receita Líquida de Serviços atingiu R\$ 152,1 milhões, crescimento de 29,8% em relação ao 4T20.

O EBITDA Total somou R\$ 93,4 milhões no 4T21, crescimento de 42,9% em relação ao 4T20, com margem EBITDA sobre a receita líquida de serviços de 77,3%.
O Lucro Líquido de R\$ 33,1 milhões no 4T21, com margem líquida de 21,7%, crescimento de 7,3 p.p. em relação à margem líquida do 4T20.

2. Investimentos

No 4T21 o CAPEX Bruto totalizou R\$ 417,2 milhões, que descontados das vendas de veículos no exercício de R\$ 31,3 milhões, resultou no CAPEX Líquido de R\$ 386,3 milhões. Os recursos foram direcionados principalmente para investimentos de expansão em novos contratos que devem fortalecer a geração de caixa futura.

3. Estrutura de capital

A gestão de passivos no 4T21 foi de suma importância para nos prepararmos para o cenário desafiador imposto pela pandemia da COVID-19. A CS Brasil Participações apresentou uma dívida bruta no final do 4T21 de R\$ 265,4 milhões, e manteve o caixa reforçado com uma posição de caixa e aplicações financeiras consolidada de R\$ 376,5 milhões, suficiente para cobrir a amortização da dívida bruta de curto prazo em 4,3x.

Continuaremos focados na gestão do fluxo de caixa e solidez da nossa estrutura de capital mantendo o Balanço pronto para o desenvolvimento e crescimento dos negócios.

4. Compliance, transparência e conformidade

Através da CS Brasil Frotas, controlada da CS Participações, o processo licitatório de GTF segue pelos formatos de pregões eletrônicos e presenciais. Nos últimos doze meses findos no 4T21, a CS Brasil Participações participou de 138 licitações sendo 93% delas por meio de pregões eletrônicos através da Sala de Licitação, um ambiente 100% monitorado eletronicamente, com elevados padrões de compliance e governança.



Imagens da sala de licitação

Para saber mais sobre a Sala de Licitações e do Portal da Transparência da CS Brasil Participações, assista o vídeo através do QR Code ou clique aqui:



5. Auditoria Independente

Em conformidade com a Instrução CVM nº 381/03, informamos que a Companhia adota como procedimento formal consultar os auditores independentes PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes (PwC) no sentido de assegurar-se de que a realização da prestação de outros serviços não venha afetar sua independência e objetividade necessária ao desempenho dos serviços de auditoria independente. A política da Companhia na contratação de serviços de auditores independentes assegura que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade. No exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, a PwC prestou apenas serviços de auditoria das demonstrações financeiras e não houve outros serviços prestados que pudessem representar conflito de interesses, perda de independência ou objetividade de nossos auditores independentes.

6. Declaração da Diretoria

Em atendimento às disposições constantes da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no relatório de auditoria dos auditores independentes e com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020			31/12/2021	31/12/2020		
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	7	2.458	585	12.169	11.962	Fornecedores	14	32.434	141.037	265.651	352.236
Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras	8	2.141	2.292	364.353	544.512	Risco sacado a pagar	15	-	-	-	6.629
Contas a receber	9	2.188	3.207	84.208	187.931	Empréstimos e financiamentos	16	11.575	118.944	11.575	217.890
Estoques		-	-	2.504	5.840	Debêntures	17	442	1.174	37.393	1.174
Tributos a recuperar		479	-	2.062	11.668	Arrendamentos a pagar	18	-	-	37.731	104.855
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	23.3	8.903	1	13.703	17.449	Arrendamentos por direito de uso	19	-	-	724	6.137
Despesas antecipadas		1	144	6.389	3.950	Obrigações sociais e trabalhistas		-	-	2.343	26.560
Dividendos a receber	12.3	2.202	-	-	-	Imposto de renda e contribuição social a recolher	23.3	167	-	167	3.070
Ativo imobilizado disponibilizado para venda	10	442	1.705	69.713	114.135	Tributos a recolher		30	1.207	1.074	16.891
Adiantamento de terceiros		-	47	1.171	3.898	Adiantamentos de clientes	20	19.692	7.559	6.580	44.600
Outros créditos	11	2.491	-	15.573	26.141	Dividendos e Juros sobre capital próprio a pagar	25.3	31.934	16.723	34.284	19.071
		21.305	7.981	571.845	927.486	Partes relacionadas	24.1	-	-	-	453
						Outras contas a pagar	21	15.383	918	42.415	26.591
								111.657	287.562	441.311	826.157
Não circulante						Não circulante					
Realizável a longo prazo						Empréstimos e financiamentos	16	22.406	93.499	22.406	223.732
Contas a receber	9	4	-	6	79.462	Debêntures	17	148.862	740.247	148.862	740.247
Tributos a recuperar		-	-	58	37.466	Arrendamentos a pagar	18	-	-	7.390	131.663
Imposto de renda e contribuição social diferidos	23.1	7.871	663	7.871	663	Arrendamentos por direito de uso	19	-	-	187	12.670
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	23.3	4.851	4.851	4.851	6.646	Provisão para demandas judiciais e administrativas	22	-	-	-	3.146
Partes relacionadas	24.1	-	-	-	1.800	Imposto de renda e contribuição social diferidos	23.1	-	-	92.024	67.218
Depósitos judiciais	22	-	-	504	4.672	Partes relacionadas	24.1	-	76.813	-	1.145
Outros créditos	11	-	-	5.912	23.672	Outras contas a pagar	21	-	-	-	413
		12.726	5.514	19.202	154.381			171.268	910.559	270.869	1.180.234
Investimentos	12	923.773	1.484.576	1.376	15.582	Total do passivo		282.295	1.198.121	712.180	2.006.391
Imobilizado	13	146.949	127.614	1.891.073	1.333.877	Patrimônio líquido					
Intangível		4	-	2.626	2.629	Capital social	25.1	23.734	365.458	23.734	365.458
		1.083.452	1.617.704	1.914.277	1.506.469	Reservas de capital		670.125	-	670.125	-
						Reservas de lucros	25.3	127.973	62.008	127.973	62.008
						Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores		821.832	427.564	821.832	427.564
						Participação de não controladores	25.5	-	-	952.110	-
						Total do Patrimônio Líquido		-	-	773.942	-
						Total do passivo e patrimônio líquido		1.104.757	1.625.685	2.486.122	2.433.955

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações dos resultados Exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais, exceto o lucro por ação)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Receita líquida de venda, locação, prestação de serviços e venda de ativos desmobilizados					
	27	37.367	22.811	556.247	368.929
Custo de venda, locação e prestação de serviços	28	(11.102)	(10.553)	(168.590)	(138.870)
Custo de venda de ativos desmobilizados	28	(14.383)	(4.642)	(121.207)	(80.459)
Total do custo de venda, locação, prestação de serviços e venda de ativos desmobilizados		(25.485)	(15.195)	(289.797)	(219.329)
Lucro bruto		11.882	7.616	266.450	149.600
Despesas comerciais	28	-	-	(3.006)	(405)
Despesas administrativas	28	(1.640)	(709)	(19.122)	(11.144)
Reversão (provisão) de perdas esperadas ("impairment") de contas a receber	28	-	-	(144)	(547)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	28	-	-	180	1.823
Resultado de equivalência patrimonial	12	167.411	89.261	-	-
Lucro operacional antes das receitas, despesas financeiras e impostos		177.653	96.168	244.358	139.327
Receitas financeiras	29	12.067	508	17.679	2.080
Despesas financeiras	29	(86.870)	(41.043)	(93.666)	(53.542)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		102.850	55.633	168.371	87.865
Imposto de renda e contribuição social – corrente	23.2	(72)	(22)	(10.309)	(16.430)
Imposto de renda e contribuição social – diferido	23.2	4.826	663	(49.011)	(15.161)
Total do imposto de renda e da contribuição social		4.754	641	(59.320)	(31.591)
Lucro líquido do período proveniente de operações continuadas		107.604	56.274	109.051	56.274
Atribuído aos:					
Acionistas controladores		107.604	56.274	109.051	56.274
Acionistas não controladores		-	-	-	-
Lucro líquido do período proveniente de operações descontinuadas					
Lucro das operações descontinuadas líquido de impostos		21.359	14.139	21.359	14.139
Atribuído aos:					
Acionistas controladores		128.963	-	128.963	-
Acionistas não controladores		-	-	1.447	-
Lucro líquido do período		128.963	70.413	130.410	70.413
Lucro líquido básico e diluído por ação - R\$	30	-	-	0,3529	0,1927
Lucro líquido básico e diluído por ação - R\$ (operações continuadas)	30	-	-	0,2944	0,1540

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações dos resultados abrangentes Exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido do exercício		128.963	70.413	130.410	70.413
Outros resultados abrangentes		(10.261)	-	(10.261)	-
Acervo líquido decorrente da reestruturação societária (nota 1.1)		10.261	-	10.261	-
Resultado abrangente do exercício		128.963	70.413	130.410	70.413
Das operações					
Continuadas		107.604	56.274	109.051	56.274
Descontinuadas		21.359	14.139	21.359	14.139
		128.963	70.413	130.410	70.413

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações do valor adicionado Exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Receita líquida de venda, locação, prestação de serviços e venda de ativos desmobilizados					
	27	39.859	24.681	556.247	437.327
(Provisão) reversão de perdas esperadas ("impairment") de contas a receber	28	-	-	(144)	(476)
Outras receitas operacionais	28	-	-	180	1.823
		39.859	24.681	556.283	438.674
Insumos adquiridos de terceiros					
Custos das vendas e prestação de serviços		(12.460)	(4.644)	(178.465)	(92.991)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(1.791)	(1.249)	(94.262)	(80.016)
		(14.251)	(5.893)	(272.727)	(173.007)
Valor adicionado bruto		25.608	18.788	283.556	265.667

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020
Em milhares de reais

	Adiantamento para futuro aumento de capital			Reserva de lucros			Resultados abrangentes		Total do Patrimônio Líquido dos acionistas controladores	Participação dos não controladores	Patrimônio líquido total
	Capital social	de capital - AFAC	Reservas de capital	Retenção de lucros	Reserva legal	Lucro acumulados	Ajustes de de avaliação patrimonial	Reserva de Hedge			
Saldos em 31 de dezembro de 2019	365.458	-	-	8.318	-	-	13	-	373.789	-	373.789
Transações com pagamentos baseados em ações	-	-	-	-	-	-	85	-	85	-	85
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	70.413	-	-	70.413	-	70.413
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	(16.723)	-	-	(16.723)	-	(16.723)
Retenção de lucros	-	-	-	50.169	3.521	(53.690)	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	365.458	-	-	58.487	3.521	-	98	-	427.564	-	427.564
Saldos em 31 de dezembro de 2020	365.458	-	-	58.487	3.521	-	98	-	427.564	-	427.564
Lucro líquido (prejuízo) do período	-	-	-	-	-	128.963	-	-	128.963	1.447	130.410
Outros resultados abrangentes do período, líquido de impostos	-	-	-	-	-	-	-	(10.261)	(10.261)	-	(10.261)
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	500.000	-	-	-	-	-	-	500.000	-	500.000
Resultado na variação de participação acionária	-	-	-	-	-	(40.017)	-	-	(40.017)	40.017	-
Retenção de lucros	-	-	-	64.739	1.226	(65.965)	-	-	-	-	-
Emissão de debêntures conversíveis em ações (Nota 17 ii)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	313.646	313.646
Dividendos e juros sobre capital (Nota 25.3 a)	-	-	-	-	-	(31.934)	-	-	(31.934)	-	(30.560)
Acervo cindido decorrente de reest. societária - Ibéria (Nota 1.1.a)	(341.723)	(185.000)	355.125	-	-	8.953	(115)	10.261	(152.499)	-	(152.499)
Acervo cindido decorrente de reest. societária - Movida RAC (Nota 1.1.b) (i)	(1)	-	-	-	-	-	-	-	(1)	597.000	596.999
Transações com pagamentos baseados em ações	-	-	-	-	-	-	17	-	17	-	17
Saldos em 31 de dezembro de 2021	23.734	315.000	355.125	123.226	4.747	-	-	-	821.832	952.110	1.775.316

(i) Diferença de saldo entre o laudo de avaliação da cisão demonstrado na nota explicativa 1.1.a e o saldo apresentado refere-se à variação patrimonial ocorrida entre a data base do laudo de cisão de 31 de março de 2021 e a data efetiva da cisão em 26 de julho de 2021.
(ii) Diferença de saldo entre o laudo de avaliação da cisão demonstrado na nota explicativa 1.1.b e o saldo apresentado refere-se à diferença de juros entre a data base do laudo de cisão de 31 de outubro de 2021 e a data efetiva da cisão de 28 de dezembro de 2021.
(iii) Redução na participação acionária para 49,25% pós emissão das debêntures conversíveis em ações entre CS Frotas e Movida Participações conforme mencionado na nota explicativa 12.
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto - Exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado			Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais					Compra de ativo imobilizado operacional para locação (nota 12)	(48.045)	(2.449)	(836.637)	(340.417)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social das operações continuadas e descontinuadas	124.209	69.772	189.730	106.537	Recebimento (pagamento) de swaps	6.076	-	(9.190)	-
Ajuste para:					Investimento em títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras	151	(2.292)	180.159	(234.086)
Resultado de equivalência patrimonial (nota 11.1)	(189.618)	(103.400)	-	515	Caixa líquido utilizado nas atividades operacionais	(19.202)	(31.127)	(584.052)	(77.454)
Depreciação e amortização (nota 26)	8.635	9.136	106.049	160.727	Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Custo de venda de ativos desmobilizados (nota 8)	14.382	4.642	251.600	170.333	Aporte de capital em controladas	(101.615)	(383.000)	-	(7.830)
Provisões para perdas, baixa de outros ativos e créditos temporários de impostos	957	8	254	(2.372)	Adições ao ativo imobilizado para investimento e intangível	(42.050)	-	(1.456)	(44.952)
Baixa de outros ativos imobilizados	-	-	26.220	-	Dividendos e juros sobre capital próprio recebidos	94.747	126.679	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferido	-	-	(31.412)	-	Caixa líquido decorrente de cisão	180.272	-	-	-
Constituição de reserva	65.965	-	(64.518)	-	Outros investimentos	1.249	-	1.405	-
Resultado na variação de participação acionária	40.017	-	40.017	-	Caixa líquido gerado pelas (utilizado nas) atividades de investimento	132.603	(256.321)	(51)	(52.782)
Transações com pagamentos baseados em ações	-	-	-	85	Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Ajuste a valor presente dos ativos e passivos	-	-	36.951	-	Pagamento de parcelamento de aquisição de empresas	-	(579.232)	-	(579.232)
Ganhos com valor justo de instrumentos financeiros derivativos	(6.773)	-	(64)	-	Amortização de mútuo com a controladora	-	(95.457)	-	(95.457)
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	-	-	144	-	Captação de empréstimos e financiamentos e debêntures	-	1.562.716	322.829	1.531.077
Juros e variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos, arrendamentos e risco sacado	66.235	18.005	75.637	50.269	Amortização de empréstimos e financiamentos, arrendamentos a pagar e risco sacado a pagar - montadoras	(14.499)	(600.000)	(270.453)	(794.792)
	124.010	(1.837)	630.608	486.094	Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	(97.029)	-	31.934	-
					Aumento de capital	-	-	500.000	-
Variações no capital circulante líquido operacional					Caixa líquido (utilizado nas) gerado pelas atividades de financiamento	(111.528)	288.027	584.310	61.596
Contas a receber	1.015	(1.480)	183.035	(30.284)	(Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	1.873	579	207	(68.640)
Estoques	-	-	3.336	252	Caixa e equivalentes de caixa				
Fornecedores e Floor plan	(60.558)	384	(122.139)	85.647	No início do período	585	6	11.962	80.602
Obrigações trabalhistas, tributos a recolher e tributos a recuperar	(1.656)	1.028	6.726	10.763	No final do período	2.458	585	12.169	11.962
Bens disponibilizados para venda	(0)	-	(21.464)	-	(Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	1.873	579	207	(68.640)
Partes relacionadas - Reestruturação societária (Cisão)	-	-	(541.198)	-	Variações patrimoniais que não afetaram o caixa				
Adiantamento de clientes	12.133	-	(38.020)	-	Aquisições de imobilizado por arrendamentos a pagar e risco sacado a pagar - montadoras	-	-	(1.536)	-
Outras contas a pagar	14.465	-	15.411	-	Variação no saldo de fornecedores, montadoras de veículos a pagar e reverse factoring	48.045	(51.989)	(34.018)	-
Outros créditos	-	-	28.328	-					
Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes	(1.940)	7.597	2.457	8.748					
Variações no capital circulante líquido operacional	(36.541)	7.529	(483.528)	75.126					
Imposto de renda e contribuição social pagos e retidos	(8.807)	(5.221)	(7.671)	(22.957)					
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos, arrendamentos e risco sacado	(56.045)	(26.857)	(57.793)	(41.214)					

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
Exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A CS Brasil Participações e Locações S.A. ("CS Brasil Participações", "Controladora" ou "Companhia") – anteriormente denominada CS Brasil Participações e Locações Ltda, é uma sociedade anônima de capital aberto registrado na B3 na categoria B, com sede na Av. Saravia, 400, Vila Cintra - Mogi das Cruzes, São Paulo, que tem como atividades preponderantes: locação de automóveis sem condutor, fornecimento de gestão de recursos humanos para terceiros, locação de outros meios de transportes e venda de veículos. A Companhia e suas controladas (em conjunto denominadas "Grupo") descritas na nota 1.2 atuam nos negócios de gestão e terceirização de frotas de veículos leves e pesados ao setor público. A CS Brasil Participações é uma controlada direta da Movida Participações S.A que possui 100% das ações, que por sua vez é controlada direta da Simpar S.A que possui 63,13% de sua participação. A Companhia, como controlada, apresenta ao final do exercício de 2021 excesso de passivos circulantes em relação aos ativos circulantes no montante de R\$ 88.978. A Administração entende que esta situação ocorre em função da sua expansão e crescimento no segmento de locação, o qual requer um montante significativo de investimentos na compra de imobilizado, que irão compor o ativo operacional, e gerar receita em exercícios futuros. Esses investimentos foram inicialmente financiados, junto as partes relacionadas (do saldo total de R\$ 32.434 de fornecedores, R\$ 28.460 são com partes relacionadas) e suas obrigações poderão ser prorrogadas em função do planejamento financeiro da Companhia. Assim, considerando o retorno que será obtido com os contratos vigentes do negócio de Gestão e Terceirização de Frotas (GTF) e ao o término dos contratos através da venda de veículos, sua geração de caixa é considerada suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo. A Administração antecipa que, quaisquer obrigações requeridas de pagamentos adicionais, serão cumpridas mediante recebimentos de dividendos de suas controladas ou captações alternativas de recursos, como emissão de títulos em oferta privada, dentre outras alternativas conforme destacadas e sua "estratégia de crescimento". Ainda, até o momento da aprovação de emissão dessas demonstrações financeiras anuais, excesso de passivos circulantes em relação aos ativos circulantes diminuiu R\$ 13.281. **1.1. Reestruturação Societária - a) Cisão Parcial CS Participações com Incorporação pela CS Holding** - Em 26 de julho de 2021, em assembleia geral extraordinária, foi aprovada a reestruturação societária da CS Participações, anunciada no dia 04 de fevereiro de 2021 em fato relevante, que estabeleceu a cisão parcial da CS Participações, realizada previamente à Incorporação de Ações na Movida Participações S.A. A CS Participações permaneceu com o controle da empresa CS Brasil Frotas Ltda. ("CS Frotas"), e as demais subsidiárias integrais foram vendidas para a CS Brasil Holding e Locação S.A. ("CS Holding"), que assumiu todas as atividades anteriormente exercidas pela CS Participações com exceção da atividade de GTF Leves Público. Destacam-se entre as subsidiárias cujas ações foram vendidas para a CS Holding, a CS Finance S.à.r.l. ("CS Finance"), que tem por atividade principal fomentar as operações de captação de recursos no exterior e a CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda. ("CS Transportes"), que atende clientes do setor público e sociedades de economia mista, oferecendo (i) serviços de gestão e terceirização de frotas (GTF) de veículos leves com e sem condutor e (ii) GTF de pesados com e sem condutor, (iii) transporte municipal de passageiros, (iv) limpeza urbana, além de possuir as concessões de (v) terminais portuários e (vi) rodovias, cujo acervo líquido incluiu o total dos saldos de investimento em participações societárias na controlada CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda de R\$ 615.022 assim como o passivo a descoberto na CS Finance de R\$ 1.624. Adicionalmente, em decorrência da reestruturação societária supracitada é importante destacar que não há comparabilidade entre os saldos dos exercícios de 2021 e 2020 destas demonstrações financeiras completas, pois o balanço patrimonial do exercício de 2020 contempla principalmente os investimentos da CS Brasil Transportes que foram cindidos para a CS Holding conforme descrito na nota 1.3 a. O acervo líquido contábil para fins de cisão foi avaliado por empresa especializada com data base em 31 de março de 2021, e resultou na seguinte movimentação:

	CS Participações	Acervo cindido	Eventos subsequentes (i)	CS Participações - Pós cisão
Ativo Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	750	-	-	750
Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras	-	-	185.000	(185.000)
Contas a receber	9.622	-	-	9.622
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	1.458	-	-	1.458
Despesas antecipadas	2.290	-	-	2.290
Dividendos a receber	2.550	2.550	-	-
Ativo imobilizado disponibilizado para venda	3.534	3.534	-	-
Adiantamento de terceiros	80	-	-	80
Outros créditos	2.488	361	-	2.127
	22.772	6.445	185.000	(168.673)
Ativo - Realizável a longo prazo				
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.786	7.422	-	1.364
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	4.851	-	-	4.851
Outros créditos	36.335	36.335	-	-
	49.972	43.757	-	6.215
Investimentos	1.472.315	607.281	-	865.034
Imobilizado	127.262	-	-	127.262
Intangível	-	-	-	-
	1.649.549	651.038	-	998.511
Total do ativo	1.672.321	657.483	185.000	829.838
Passivo				
Circulante				
Fornecedores	99.703	-	-	99.703
Empréstimos e financiamentos	121.362	109.402	-	11.960
Debêntures	11.182	-	-	11.182
Tributos a recolher	728	-	-	728
Adiantamentos de clientes	11.288	-	-	11.288
Dividendos e Juros sobre capital próprio a pagar	16.723	16.723	-	-
Outras contas a pagar	749	-	-	749
	261.735	126.125	-	135.610
Não circulante				
Empréstimos e financiamentos	93.494	59.867	-	33.627

	CS Participações	Acervo cindido	Eventos subsequentes (i)	CS Participações - Pós cisão
Passivo				
Debêntures	740.735	-	-	740.735
Instrumentos financeiros derivativos	53.321	53.321	-	-
Aquisição de empresas a pagar	77.591	76.446	-	1.145
Partes relacionadas	-	-	355.125	(355.125)
Outras contas a pagar	140	-	-	140
	965.281	189.634	355.125	420.522
Total do passivo	1.227.016	315.759	355.125	556.132
Patrimônio líquido	445.305	341.724	(170.125)	273.706
Capital social	365.458	341.724	-	23.734
Reserva de capital	94.135	14.408	(355.125)	434.852
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	185.000	(185.000)
Avaliação Patrimonial	120	-	-	120
Outros resultados abrangentes	(14.408)	(14.408)	-	-
Total do passivo e patrimônio líquido	1.672.321	657.483	185.000	829.838

(i) Após o fechamento do balanço contábil da Companhia em 31 de março de 2021 ocorreram eventos patrimoniais posteriores, sendo a captação de dívida oriunda do contrato de empréstimos externo direto celebrado entre CS Participações e CS Finance Sarl, em 16 de abril de 2021 e R\$ 185.000 de adiantamento para futuro aumento de capital realizado pela Simpar S.A. na CS Participações, em 31 de maio de 2021, impactando em R\$ 170.125 no acervo líquido incorporado final.
b) Cisão parcial CS Participações com Incorporação pela Movida Locação (RAC) - Em 28 de dezembro de 2021, em assembleia geral extraordinária foi aprovada a reestruturação societária da CS Participações, anunciada também no dia 28 de dezembro de 2021 em fato relevante, a qual estabeleceu a cisão parcial da CS Participações. A CS Participações permaneceu com o controle de 61,76% e 851.193.905 ações da investida CS Brasil Frotas Ltda. ("CS Frotas"), e o restante de 38,24% e 527.028.296 ações foram vendidas para a Movida Locação de Veículos S.A ("Movida Locação"). O acervo líquido contábil para fins de cisão foi avaliado por empresa especializada com data base em 31 de outubro de 2021, e resultou na seguinte movimentação:

	CS Participações	Acervo Cindido	CS Participações - Pós cisão
Ativo Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3.074	-	3.074
Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras	1.598	-	1.598
Contas a receber	10.172	-	10.172
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	9.274	-	9.274
Despesas antecipadas	641	-	641
Dividendos a receber	22.015	-	22.015
Ativo imobilizado disponibilizado para venda	302	-	302
Adiantamento de terceiros	30	-	30
Outros créditos	1.585	-	1.585
	48.691	-	48.691
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Contas a receber	4	-	4
Imposto de			

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
Exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1.2. Relação de participação em entidades controladas, controlada em conjunto e consórcio - As participações percentuais da Companhia em suas controladas, controlada em conjunto e consórcio na data do balanço são as seguintes:

Razão social	País sede	Atividade Operacional	31/12/2021		31/12/2020	
			Participação direta % (ii)	Participação indireta %	Participação direta %	Participação indireta %
CS Brasil Frotas Ltda (a)	Brasil	Gestão e terceirização de frotas de veículos leves e pesados ao setor público	61,76%	-	100,00	-
CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda. (i)	Brasil	Gestão e terceirização de frotas de veículos leves e pesados ao setor público transporte municipal de passageiros e limpeza urbana.	-	-	99,99	-
CS Finance (i)	Luxemburgo	Operações de captação de recursos no exterior	-	-	-	-
Consórcio Sorocaba (i)	Brasil	Transporte municipal de passageiros	-	-	-	50,00
BRT Sorocaba Concessionárias (i)	Brasil	Transporte municipal de passageiros	-	-	-	49,75

(i) Conforme nota explicativa 1.1 em 26 de julho de 2021, foi aprovada a reestruturação societária da CS Participações e suas controladas, onde os investimentos diretos e indiretos da CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda, CS Finance (constituída em março de 2021), Consórcio Sorocaba, BRT Sorocaba Concessionárias, foram transferidos para a CS Holding Participação e Locação S.A.

(ii) Participação societária de 61,76% com percentual de 49,25% para fins contábeis conforme mencionado na nota explicativa 1.2.

a) CS Brasil Frotas Ltda - A CS Brasil Frotas Ltda. ("CS Brasil Frotas") é uma empresa limitada com sede na Av. Saraiva, 400, Vila Cintra - Mogi das Cruzes, São Paulo, que tem como atividades preponderantes: locação de veículos automotores sem condutor; prestação de serviços de gerenciamento, gestão e manutenção de frota (preventiva e corretiva), podendo ainda, participar de outras sociedades, como sócio ou acionista. **1.3. Operações descontinuadas** - Como mencionado na nota explicativa 1.1, em 26 de julho de 2021, os acionistas aprovaram a cisão parcial da Companhia, de acordo com o plano de R\$ 171.599, sendo parte como redução do capital social no valor de R\$ 341.724 e eventos subsequentes reduzindo o patrimônio líquido para R\$ 170.125. Conseqüentemente, os resultados relacionados às operações dos investimentos na CS Transportes e CS Finance de 1 de janeiro de 2021 a 26 de julho de 2021, foram reclassificados para "operações descontinuadas". O resultado dessas operações descontinuadas está demonstrado em uma única conta nas demonstrações de resultados e demonstrações de resultados abrangentes, na Controladora e Consolidado. Apresentamos a seguir os reflexos das operações descontinuadas para o exercício atual e comparativo:

a) Balanço Patrimonial das operações descontinuadas

Ativo	31/12/2020	Passivo	31/12/2020
Circulante		Circulante	
Caixa e equivalentes de caixa	5.154	Fornecedores	93.587
Títulos e valores mobiliários	212.801	Risco sacado a pagar - montadoras	1.870
Contas a receber	172.747	Empréstimos e financiamentos	93.099
Estoques	5.074	Arendamentos financeiros a pagar	34.553
Ativo imobilizado disponibilizado para venda	54.223	Arendamento de direitos de uso	5.862
Tributos a recuperar	10.428	Obrigações sociais e trabalhistas	25.252
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	11.898	Tributos a recolher	6.909
Despesas antecipadas	1.560	Adiantamentos de clientes	41.574
Adiantamento de terceiros	3.700	Partes relacionadas	453
Outros créditos	34.153	Outras contas a pagar	20.339
	511.738		323.498
Não circulante		Não circulante	
Realizável a longo prazo		Empréstimos e financiamentos	125.239
Contas a receber	79.462	Arendamentos financeiros a pagar	62.447
Tributos a recuperar	37.154	Arendamento de direitos de uso	12.444
Imposto de renda e contribuição social	1.795	Provisão para demandas judiciais e administrativas	3.146
Depósitos judiciais	4.167	Imposto de renda e contribuição social diferidos	29.032
Partes relacionadas	77.468	Outras contas a pagar	413
Outros créditos	3.567		232.721
	203.613	Total do passivo	556.219
Investimentos	15.582	Patrimônio líquido	
Imobilizado	453.301	Capital social	595.714
Intangível	1.145	Reservas de capital	1.106
	673.641	Ajuste de avaliação patrimonial	2.174
Total do ativo	1.185.379	Lucros acumulados	30.166
		Total do patrimônio líquido	629.160
		Total do passivo e patrimônio líquido	1.185.379

b) Resultado líquido das operações descontinuadas - A Companhia apresentou os seguintes resultados com as operações consolidadas descontinuadas relativas às operações não relacionadas à Companhia:

	31/07/2021	31/12/2020
Receita líquida de venda, locação, prestação de serviços e venda de ativos desmobilizados	308.370	432.174
Custo de venda, locação e prestação de serviços	(191.648)	(286.462)
Custo de venda de ativos desmobilizados	(65.329)	(89.874)
Total do custo de venda, locação, prestação de serviços e venda de ativos desmobilizados	(256.977)	(376.336)
Lucro bruto	51.393	55.838
Despesas comerciais	(1.065)	(2.121)
Despesas administrativas	(15.352)	(22.898)
Reversão (provisão) de perdas esperadas ("impairment") de contas a receber	108	(1.575)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(2.140)	1.273
Resultado de equivalência patrimonial	(71)	(515)
Lucro operacional antes das receitas, despesas financeiras e impostos	32.873	30.002
Receitas financeiras	25.666	3.674
Despesas financeiras	(29.951)	(15.003)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	28.588	18.673
Imposto de renda e contribuição social - corrente	(4.897)	(2.912)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	(2.332)	(1.622)
Total do imposto de renda e da contribuição social	(7.229)	(4.534)
Lucro das operações descontinuadas líquido de impostos	21.359	14.139

c) Fluxo de caixa (utilizados nas) gerado pelas operações descontinuadas

	31/07/2021	31/12/2020
Caixa líquido gerado (utilizado) pelas atividades operacionais	35.738	(34.898)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	(8.947)	(20.219)
Caixa líquido gerado (utilizado) pelas atividades de financiamento	(49.971)	62.328
Caixa líquido (utilizado nas) gerado pelas operações descontinuadas	(23.180)	7.211

1.4. Principais eventos ocorridos durante o exercício de 2021 - a) a) Reestruturação societária - Cisão parcial da CS Participações e mudança de controlador da Simpar para a Movida Participações - Conforme detalhado nos itens 1.1.a e 1.3 acima, em 26 de julho de 2021 houve a reestruturação societária da CS Participações, onde ocorreu a cisão parcial de alguns saldos incluindo as operações descontinuadas dos investimentos da CS Transportes e CS Finance, os quais foram incorporados pela CS Holding. Adicionalmente a CS Participações consolidada contendo o investimento da CS Frotas, antes controlada pela Simpar, passou a ser controlada direta da Movida Participações. **b) Alteração da Empresa de Sociedade Limitada para Sociedade por ações - CS Frotas** - Conforme deliberação dos sócios quotistas em reunião datada de 07 de dezembro de 2021, e Assembleia Geral realizada nessa mesma data, foi aprovada a conversão das quotas da Empresa em ações ordinárias à razão de 1 quota por 1 ação ordinária, transformando-se a Empresa de Sociedade Limitada em uma Sociedade por Ações e alteração da razão social para CS Brasil Frotas S.A. **c) 1º emissão de debêntures simples, conversíveis em ações, em série única, da espécie quirográfrica, para colocação privada, da CS Brasil Frotas S.A** - Em 23 de dezembro de 2021, a Companhia realizou o Instrumento particular de escritura de debênture simples, conversíveis em ações, da espécie quirográfrica para colocação privada da 1ª emissão de debêntures simples, em série única. O valor foi de R\$ 350.000 com taxa de CDI + 2,00% e vencimento final em 20 de janeiro de 2023. **d) Reestruturação societária - Cisão parcial da CS Participações para a Movida Locadora (Movida RAC)** - Conforme detalhado no item 1.1.b acima, em 28 de dezembro de 2021 houve a reestruturação societária da CS Participações, onde ocorreu a cisão parcial de alguns saldos incluindo uma parte do investimento da CS Frotas e 1ª emissão de debêntures os quais foram incorporados pela Movida Locação. **1.5. Situação da COVID-19** - A Companhia e suas controladas continuam monitorando os desdobramentos da pandemia da COVID-19 quanto aos aspectos econômicos, financeiros, sociais e de saúde, e mantém as ações, alinhadas com as diretrizes da OMS, que foram implementadas para o cuidado de seus colaboradores. A Administração continua supervisionando as suas práticas de gestão de riscos, a fim de tomar as decisões necessárias para garantir a continuidade de suas operações, e neutralizar impactos sociais, financeiros e econômicos adversos que eventualmente possam ocorrer. Neste cenário, o Grupo vem monitorando os efeitos nos seus negócios e na avaliação das principais estimativas e julgamentos contábeis críticos, bem como em outros saldos com potencial de gerar incertezas e impactos nas demonstrações financeiras. As avaliações mais relevantes estão comentadas a seguir: A maior parte da receita do Grupo é originada de contratos de longo prazo de locação de frota para empresas prestadoras de serviços considerados essenciais. Portanto, essas atividades mantiveram suas operações em pleno funcionamento. O Grupo mantém uma condição financeira sólida para garantia da continuidade das suas operações e cumprimento de suas obrigações. Durante todo o exercício, vem demonstrando resiliência de seus negócios, mantendo níveis de receita, lucratividade e geração de caixa. (i) Situação econômica e financeira - Liquidez corrente positiva em 31 de dezembro de 2021, isto é, ativo circulante maior que o passivo circulante no consolidado correspondente a 1,3 vezes no consolidado, exceto na controladora conforme descrito na nota explicativa 1. • A maior parte dos serviços prestados, é mantido por contratos de longo prazo. • Implementação de programas de redução de gastos para adequar a estrutura de custos de acordo com as variações na receita e na geração de caixa, com acompanhamento diário. (ii) Análises de recuperação ("impairment") de ativos financeiros - A CS Brasil Participações acompanha seus ativos financeiros, incluindo suas contas a receber, avaliando a necessidade de constituir provisões adicionais de recuperação ("impairment"). Essas análises são conduzidas considerando a situação de risco de crédito e inadimplência corrente conhecidas até o momento. Para ativos financeiros mantidos com instituições financeiras, as marcações a mercado foram realizadas e os impactos reconhecidos no resultado. Como resultado dessas análises, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, não foi identificada necessidade de constituir provisões adicionais. (iii) Análises de recuperação ("impairment") de ativos não financeiros - Assim como as análises para os ativos financeiros, a Companhia avalia se há indicativos de perda dos valores de recuperação de seus ativos não financeiros, que não foram observados para 31 de dezembro de 2021. (iv) Concessões anunciadas pelos governos municipais, estaduais e federal - Os governos municipais, estaduais e federal anunciaram diversas medidas de combate aos impactos negativos da COVID-19. Principalmente o governo federal, emitiu medidas provisórias, decretos e leis concedendo descontos e prorrogações de pagamentos de impostos e contribuições sociais. A Companhia aderiu parcialmente a esses programas, de modo que estão pagando normalmente parte dos tributos e parte de algumas contribuições serão pagas de acordo com o cronograma especial estabelecido pelo governo federal. Todos os efeitos contábeis relacionados estão refletidos adequadamente nas demonstrações financeiras como tributos a recolher e despesas respectivas no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2021. **1.6. Sustentabilidade e meio ambiente** - A gestão do Grupo Simpar promove a incorporação da sustentabilidade na estratégia, nas tomadas de decisões e no propósito do grupo, precedendo a exposição aos riscos e priorizando a maximização de impactos socioambientais positivos. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Administração considerou a exposição aos riscos relacionados ao clima, de forma a construir uma estratégia corporativa em linha com a transição para economia de baixo carbono. São esses riscos: • regulatórios e legais: decorrentes de mudanças regulatórias brasileiras e/ou internacionais que incentivem a transição para uma economia de baixo carbono e que aumente o risco de litígio e/ou restrições comerciais e/ou operacionais relacionadas à suposta contribuição, mesmo que indireta, para intensificação das mudanças climáticas; • tecnológicos: decorrentes do surgimento de novas tecnologias e inovações na direção de uma economia com maior eficiência energética e de baixo carbono, que pudessem impactar na atual base operacional do grupo; • de mercado: decorrentes de mudanças na preferência dos participantes do mercado por certos produtos e serviços à medida em que questões relacionadas ao clima passam a ser consideradas nas tomadas de decisão; e • reputacionais: relacionados à mudança de percepções dos clientes e da sociedade de maneira geral em relação à contribuição positiva ou negativa de uma organização para uma economia de baixo carbono. **Mudanças climáticas** - Entre os impactos decorrentes das operações de seu portfólio, o Grupo Simpar considera como um dos temas materiais às mudanças climáticas. Por isso, o tema consta na Política de Sustentabilidade, com foco em discussões estratégicas, promovidas mensalmente pelos comitês de

sustentabilidade e trimestralmente apresentadas ao Conselho de Administração. A gestão do tema ocorre principalmente no âmbito do Programa de Emissões de Gases do Efeito Estufa (GEE). O objetivo da Companhia é estimar o impacto ambiental de seus negócios, principalmente no contexto de discussões sobre planos de redução de emissões em diversos fóruns ao redor do mundo. Nesse sentido, em 2021, medidas foram reforçadas para mitigar impactos, a exemplo de uso racional de combustíveis, renovação contínua da frota e monitoramento de indicadores, por meio de inventário de emissões com base na metodologia internacional do *GHG Protocol*. Assim, a busca é por aprimorar a influência, o monitoramento e o diálogo com toda a cadeia de valor. Em 2021, reafirmamos nosso compromisso com a descarbonização de nossas operações para enfrentamento às mudanças climáticas assinando o documento "Empresários pelo Clima" e nos comprometendo com metas de redução das emissões de GEE no Brasil. Além disso, contamos com um grupo de trabalho multidisciplinar sobre o tema, acompanhamos a evolução dos debates nas esferas nacional e internacional, além de observarmos aspectos regulatórios, antecipando quaisquer impactos potenciais. **Gestão de riscos, oportunidades e estratégia sobre mudanças climáticas** - O setor, em que a Companhia e sua controlada estão inseridas, gera impacto pelo consumo de combustíveis fósseis e decorrentes das emissões atmosféricas, fato que pode ter grande interferência nas mudanças climáticas. Nesse sentido, além de adotar ações para minimizar emissões de GEE - principalmente com a manutenção de frota com baixa idade média, o Grupo Simpar acompanha discussões legislativas, realiza análises internas e externas, promove *benchmarking* nacional e internacional e estuda pareceres de agências externas em relação aos temas ESG e assim, mantém atualizada sua matriz de riscos climáticos, com vistas a ampliar a cobertura de riscos contra eventos extremos. **Estratégia de descarbonização** - O plano estratégico do Grupo Simpar para reduzir seu impacto na emissão de CO₂, inclui as seguintes metas: • Potencial para aquisição de veículos elétricos ou movidos a biometano; • Migração do consumo de combustível da gasolina para o etanol; • Implementação de mecanismos para incentivar e garantir o uso do etanol em substituição à gasolina em sua frota própria; • Implantação da tecnologia de telemetria na maior parte da frota, promovendo melhor desempenho do motorista, reduzindo o consumo de combustível em sua frota locada; • Ampliação da participação das fontes renováveis de energia na matriz energética, permitindo que as emissões sejam substancialmente reduzidas; • Promoção da redução das emissões de CO₂, por meio da implementação de novas tecnologias, como difusor para instalação em veículos a gásóleo, permitindo uma explosão limpa no motor em sua frota locada • Programas de incentivos junto aos seus clientes que visem otimizar as operações da sua frota locada, tornando-as mais eficientes, investindo em melhores tecnologias e manutenção. **Engajamento em mudanças climáticas** - O Grupo Simpar considera imprescindível seu papel na disseminação e fomentação de boas práticas na sociedade. Nesse contexto, através de suas subsidiárias, possui programas e iniciativas que buscam auxiliar os clientes no mapeamento de emissões e oferecer oportunidades de redução e neutralização de carbono, como por exemplo, o Programa *Carbon Free* da Movida. Na CS Brasil, há o Programa Motorista Ouro, fomenta o consumo eficiente de combustível e redução da emissão de GEE junto aos motoristas. De forma geral, todas as controladas buscam engajar seus clientes, colaboradores e demais públicos em projetos de Sustentabilidade, pois entende-se que, a partir dessas iniciativas, novas oportunidades de atuação podem surgir e gerar ainda mais impacto positivo para a sociedade. Atenta aos riscos e oportunidades em mudanças climáticas, o Grupo Simpar busca antecipar-se ao que, um dia, pode ser uma regulamentação. A Companhia participa de iniciativas e fóruns nesse sentido, além de adotar práticas voluntárias, a exemplo da publicação do inventário de GEE nos moldes do *GHG Protocol*. **Gestão de recursos naturais** - O Grupo Simpar possui sua sede administrativa, onde também está localizada a sede administrativa da Companhia e sua controlada, certificada pela norma ISO 14001, com indicadores-chave de desempenho e indicadores de eficiência energética. Para consumo racional de energia elétrica, são mantidas diretrizes de eficiência; manual do Sistema de Gestão Ambiental; e o monitoramento contínuo do consumo de energia elétrica, com indicadores de desempenho baseadas nas métricas *kilowatts*/colaboradores. Em relação a gestão de resíduos o Grupo Simpar dispõe de um Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, tendo como os principais resíduos gerados em nossas operações pneus, materiais contaminados e óleo lubrificante, sendo usado em oficinas próprias ou terceiras. Adotamos como procedimento interno a avaliação da condição dos pneus, a fim de identificar possibilidades de recapagem e outras formas de reutilização. Já o óleo lubrificante é submetido a um processo de rerrefino, por empresa especializada, permitindo o reuso. Ainda em 2021, iniciamos um teste piloto com o *software* voltado à gestão de resíduos em 57 unidades piloto do Grupo Simpar, objetivando o aumento de nosso desempenho na tratativa do tema.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

2.1. Declaração de conformidade (com relação ao Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e às normas *International Financial Reporting Standards* - IFRS) - As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as práticas incluídas na legislação societária Brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro - *International Financial Reporting Standards* ("IFRS"), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"). Estas demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Diretoria em 17 de março de 2022. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **Base de mensuração** - As demonstrações financeiras individuais e consolidadas anuais foram elaboradas com base no custo histórico como base de valor, exceto pelos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado conforme divulgado na nota explicativa 6, quando aplicável. **2.2. Demonstração do valor adicionado ("DVA")** - A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Companhias Abertas. As normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS") não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência pelas "IFRS", essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **2.3. Base de consolidação e combinação - a) Controladas** - A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obteve o controle até a data em que o controle deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial. **b) Operação em conjunto** - A operação em conjunto existe quando as partes integrantes que detêm o controle conjunto do negócio têm direitos sobre os ativos e têm obrigações pelos passivos relacionados ao negócio. A Companhia manteve até julho de 2021, momento em que houve a reestruturação societária mencionada na nota explicativa 1.1 e operações descontinuadas mencionadas na nota explicativa 1.3, operações em conjunto no consórcio Sorocaba por meio de sua Controlada CS Brasil Transportes, na qual os empreendedores mantêm acordo contratual que estabelece o controle conjunto das operações. Consórcios possuem regulamentação específica para o desenvolvimento de suas atividades e apesar de possuir controles contábeis individuais, seu registro é realizado nos livros contábeis de seus participantes pela participação de cada um, desta forma, estão inseridas nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, na proporção de sua participação. **c) Investimentos em entidades contabilizados pelo método da equivalência patrimonial** - Os investimentos da Companhia em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em entidades com controle conjunto (*joint venture*). Controle conjunto existe quando decisões sobre as atividades relevantes exigem o consentimento unânime das partes que compartilham o controle. Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação do Grupo no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que há controle conjunto. Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia, investimentos em controladas também são contabilizados com o uso desse método. **d) Transações eliminadas na consolidação** - Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável. **e) Participação de acionistas não controladores** - A Companhia elegeu mensurar qualquer participação de não-controladores inicialmente pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis da adquirida na data de aquisição. Mudanças na participação da Companhia em uma controlada que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido. **2.4. Moeda funcional e moeda de apresentação** - **a) Moeda funcional e moeda de apresentação** - Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **b) Transações e saldos** - As operações com moedas estrangeiras são convertidas para o Real, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais relacionados aos ativos e passivos financeiros como empréstimos, caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários indexados em moeda diferente do Real, são contabilizados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira. **2.5. Instrumentos financeiros - 2.5.1. Ativos financeiros - a) Reconhecimento e mensuração** - As contas a receber de clientes são reconhecidas inicialmente na data em que foram originadas. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Grupo se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes é mensurado inicialmente ao preço da operação. Os custos de transação de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados como despesas no resultado. **b) Classificação e mensuração subsequente - Instrumentos financeiros** - No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ou ao Valor justo por meio do resultado ou de outros resultados abrangentes. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do exercício de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado ou outros resultados abrangentes: • é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado: • é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e • seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, conforme descrito acima, são classificados como ao valor justo por meio do resultado. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos quando existentes. No reconhecimento inicial, o Grupo pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao valor justo por meio do resultado se isso eliminar ou reduzir significativamente um descausamento contábil que de outra forma surgiria. **Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio** - O Grupo realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: • as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; • como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia; • os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; • como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e • a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não

continua



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadao.estadao.com.br/publicacoes/>

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos do Grupo. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. **Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros** - Para fins dessa avaliação, o "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os "juros" são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado exercício de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. O Grupo considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera: • eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; • termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; • o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e • os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo. O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado.	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado.	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros e o <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

c) Desreconhecimento - O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Grupo nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. **2.5.2. Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e desreconhecimento** - Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado. Passivos a custo amortizado são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros é reconhecida no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. **2.5.3. Compensação** - Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **2.5.4. Redução ao valor recuperável ("impairment") de ativos financeiros** - O Grupo reconhece provisões para perdas esperadas de créditos sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. O Grupo mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira. O Grupo utiliza uma "matriz de provisão" simplificada para calcular as perdas esperadas para seus recebíveis comerciais, segundo a qual o montante das perdas esperadas é definido de modo "ad hoc". A matriz de provisão é baseada nos percentuais de perda histórica observadas ao longo da vida esperada dos recebíveis e é ajustada para clientes específicos de acordo com as estimativas futuras e fatores qualitativos, tais como, capacidade financeira do devedor, garantias prestadas, renegociações em curso, entre outros que são monitorados. Esses fatores qualitativos são monitorados mensalmente por um comitê, denominado comitê de crédito e cobrança. Os percentuais de perda histórica e as mudanças nas estimativas futuras são revisados a cada exercício de divulgação ou sempre que algum evento significativo ocorra com indícios que pode haver uma mudança significativa nesses percentuais. Para as perdas de crédito esperadas classificadas ao custo amortizado, a metodologia de "impairment" aplicada depende do aumento significativo do risco de crédito da contraparte. Na nota explicativa 6.3.a (ii) é detalhado como o Grupo determina se houve um aumento significativo no risco de crédito. A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos. O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando o Grupo não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, o Grupo adota a política de baixar o valor contábil bruto após 12 meses e validação do Comitê Financeiro, que avalia individualmente os clientes com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. O Grupo não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos do Grupo para a recuperação dos valores devidos. **2.6. Mensuração ao valor justo** - Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual o Grupo tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito do Grupo. Uma série de políticas contábeis e divulgações do Grupo requer a mensuração de valores justos, utilizando-se premissas e estimativas, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros veja nota explicativa 6.2. Quando disponível, o Grupo mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como ativo se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua. Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, o Grupo utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação. Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, o Grupo mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se o Grupo determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro. **2.7. Ativo imobilizado disponibilizado para venda (Renovação de frota)** - Para atendimento dos seus contratos de prestação de serviços, o Grupo renova constantemente sua frota. Os veículos, as máquinas e os equipamentos disponibilizados para substituição são reclassificados da rubrica imobilizado para "Ativo imobilizado disponibilizado para venda". Os valores são apresentados pelo menor valor entre o saldo líquido contábil, que é o resultado do valor de aquisição menos a depreciação acumulada até a data em que os bens foram disponibilizados para venda, e os seus valores justos deduzidos dos custos estimados para vendê-los. Esses bens estão disponíveis para venda imediata em suas condições atuais e, sua venda em prazo inferior a um ano é altamente provável. Conforme a demanda, como em períodos de alta sazonalidade, os veículos, máquinas e equipamentos podem novamente ser direcionados para utilização nas operações. Quando isso ocorre, os bens retornam para a base de ativo imobilizado e a depreciação respectiva volta a ser contabilizada. **2.8. Imobilizado - a) Reconhecimento e mensuração** - Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável ("*impairment*"), quando aplicável. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado do exercício. **b) Custos subsequentes** - Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos sejam auferidos pelo Grupo. Custos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos. **c) Depreciação** - A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados de venda, utilizando o método linear pelo tempo de vida útil estimada dos itens. Desta forma, as taxas de depreciação são definidas de acordo com a data em que o bem foi comprado, o tipo do bem comprado, e a data e valor estimado de venda (método de depreciação por uso e venda). A depreciação de veículos, máquinas e equipamentos compõe o custo da prestação de serviços e a depreciação dos demais itens do ativo imobilizado está registrada como despesa. As taxas médias de depreciação dos bens para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 estão demonstradas na nota explicativa 13. O Grupo adota o procedimento de revisar anualmente as estimativas do valor de mercado esperado no final da vida útil econômica de seus ativos imobilizados, acompanha regularmente as estimativas de sua vida útil econômica utilizadas para determinação das respectivas taxas de depreciação e amortização e sempre que necessário são efetuadas análises sobre a recuperabilidade dos seus ativos. **d) Redução ao valor recuperável ("impairment")** - Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revisados a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, não foram observados indicativos, os quais o Grupo fosse requerido a realizar uma estimativa formal do valor presente recuperável. **2.9. Arrendamentos** - No início de um contrato, o Grupo avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um exercício de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, o Grupo utiliza a definição de arrendamento do CPC 06 (R2) / IFRS 16. **(i) Como arrendatário** - No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, o Grupo aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, o Grupo optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente. O Grupo reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros nominal implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental do Grupo. O Grupo usa sua taxa incremental sobre empréstimos como taxa de desconto, que é calculada obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado. Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte: • pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência e os créditos de PIS/COFINS; • pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início; • valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e • o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se o Grupo alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. O Grupo apresenta ativos de direito de uso que não atendem à definição de propriedade para investimento em "ativo imobilizado" e passivos de arrendamento em "arrendamentos a pagar" no balanço patrimonial. **Arrendamentos de ativos de curto prazo e baixo valor** - O Grupo classifica seus arrendamentos operacionais de acordo com os critérios apresentados no CPC 06 (R1) / IAS 17, tais como: • não reconhece ativos e passivos de direito de uso para arrendamentos cujo prazo de arrendamento se encerra dentro de 12 meses da data da aplicação inicial; • não reconhece ativos e passivos de direito de uso para arrendamentos de ativos de baixo valor (por exemplo, equipamentos de TI); • exclui os custos diretos iniciais da mensuração do ativo de direito de uso na data da aplicação inicial; e • utiliza retrospectivamente ao determinar o prazo do arrendamento. **(ii) Como arrendador** - No início

ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, o Grupo aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços independentes. Quando o Grupo atua como arrendador, determina, no início da locação, se cada arrendamento é um arrendamento financeiro ou operacional. Para classificar cada arrendamento, o Grupo faz uma avaliação geral se o arrendamento transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente. Se for esse o caso, o arrendamento é um arrendamento financeiro; caso contrário, é um arrendamento operacional. Como parte dessa avaliação, o Grupo considera certos indicadores, como se o prazo do arrendamento é equivalente à maior parte da vida econômica do ativo subjacente. Quando o Grupo é um arrendador intermediário, ele contabiliza seus interesses no arrendamento principal e no subarrendamento separadamente. Ele avalia a classificação do subarrendamento com base no ativo de direito de uso resultante do arrendamento principal e não com base no ativo subjacente. Se o arrendamento principal é um arrendamento de curto prazo que o Grupo, como arrendatário, contabiliza aplicando a isenção descrita acima, ele classifica o subarrendamento como um arrendamento operacional. Se um acordo contiver componentes de arrendamento e não arrendamento, o Grupo aplicará o CPC 47 / IFRS 15 para alocar a contraprestação no contrato. O Grupo aplica os requisitos de desreconhecimento e redução ao valor recuperável do CPC 48 / IFRS 9 ao investimento líquido no arrendamento (veja notas explicativas 2.5.1. (c) e 2.5.4). O Grupo também revisa regularmente os valores residuais não garantidos estimados, utilizados no cálculo do investimento bruto no arrendamento. O Grupo reconhece os recebimentos de arrendamento decorrentes de arrendamentos operacionais como receita pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento como parte de suas receitas operacionais. **2.10. Imposto de renda e contribuição social correntes ("IRPJ e CSLL")** - As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado. O encargo de imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro corrente é calculado com base nas leis tributárias vigentes na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório, e se existir um direito legal e exequível de compensar os passivos com os ativos fiscais, e se estiverem relacionados aos impostos lançados pela mesma autoridade fiscal. O imposto de renda e a contribuição social sobre lucro diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal). Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios do Grupo. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 anual para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. **2.11. Provisões - 2.11.1. Geral** - Provisões são reconhecidas quando o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando o Grupo espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. **2.11.2. Provisão para demandas judiciais e administrativas** - O Grupo é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência / obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **2.12. Receitas de contrato com clientes** - A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. A Companhia reconhece a receita quando transfere o controle sobre o produto ou serviço ao cliente. As informações sobre a natureza e a época do cumprimento de obrigações de desempenho em contratos com clientes, estão descritas abaixo: **2.12.1. Receita de locação - a) Natureza da receita, incluindo condições de pagamento significativas** - Locação de veículos para gestão e terceirização de frotas. As faturas para locação são emitidas no mês subsequente à locação, onde os valores anteriormente provisionados mediante a competência são estornados, conforme boletim de medição aprovado pelo cliente. **b) Reconhecimento da receita conforme o CPC 06 (R2) / IFRS 16** - A receita é reconhecida ao longo do tempo conforme a utilização dos veículos. O valor da receita a ser reconhecida é avaliado com base no tempo de utilização do ativo pelo cliente. **2.12.2. Receita de venda de ativos desmobilizados - a) Natureza da receita, incluindo condições de pagamento significativas** - Após o término do contrato de locação com seus clientes, a Companhia desmobiliza e vende os veículos que ficam disponibilizados em seus pátios e através de plataforma de venda online. Os clientes obtêm controle dos veículos desmobilizados quando da entrega, mediante a transferência de risco. As faturas emitidas, são liquidadas por meio de débito em conta, boleto e cartão de crédito. **b) Reconhecimento da receita conforme o CPC 47 / IFRS 15** - A receita de veículos desmobilizados é reconhecida quando os produtos são entregues e aceitos pelos clientes. **2.13. Benefícios a empregados - 2.13.1. Benefícios de curto prazo** - Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **2.13.2. Transações com pagamentos baseados em ações** - O valor justo na data de outorga dos acordos de pagamentos baseados em ações da Simpar, concedidos aos empregados é reconhecido como despesas de pessoal, com um correspondente aumento no patrimônio líquido, durante o exercício em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito aos prêmios. O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de prêmios para o qual existe a expectativa de que as condições de serviço e de desempenho serão atendidas, de tal forma que o valor final reconhecido como despesa seja baseado no número de prêmios que efetivamente atendam às condições de serviço e de desempenho na data de aquisição (*vesting date*). **2.14. Capital social - 2.14.1. Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio** - A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao longo do exercício, com base no contrato social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas. O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

3. USO DE ESTIMATIVAS DE JULGAMENTOS

Na preparação das demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **3.1. Incertezas sobre premissas e estimativas** - As informações sobre incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 estão incluídas nas seguintes notas explicativas: a) Perdas esperadas ("*impairment*") de contas a receber; mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber e ativos contratuais; principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda - nota explicativa 9; b) Ativo imobilizado disponível para venda - definição do valor residual - nota explicativa 10; c) Imobilizado (definição do valor residual e da vida útil) - nota explicativa 13; e d) Provisão para demandas judiciais e administrativas reconhecido e mensuração de provisões e contingências; principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos - nota explicativa 22.

4. NOVAS NORMAS E NORMAS AINDA NÃO VIGENTES

Alterações e normas vigentes a partir de 1º de janeiro de 2021 - a) Reforma da IBOR - Fase 2: alterações ao IFRS 9/CPC 48, IAS 39/CPC 38 e IFRS 7/CPC 40 - "Instrumentos Financeiros", ao IFRS 16/CPC 06(R2) - Arrendamentos, ao IFRS 4/CPC 11 "Contratos de Seguros". A Fase 2 da reforma da IBOR traz as seguintes exceções temporárias na aplicação das referidas normas, que foram adotadas pelo Grupo, com relação a: **(i) Fluxos de caixa contratuais de ativos e passivos financeiros:** permitida mudanças na base de determinação dos fluxos de caixa contratuais sem ocasionar em desreconhecimento do contrato e, consequentemente, sem efeito imediato de ganho ou perda no resultado do exercício, desde que diretamente relacionada com a reforma da taxa de juros de referência e substituição da taxa de juros, e que a nova base seja considerada economicamente equivalente à base anterior. **(ii) Relações de hedge:** a designação formal da relação de proteção deve ser alterada apenas para designar a taxa de referência alternativa como um risco coberto, alterar a descrição do item protegido e/ou alterar a descrição do instrumento de cobertura. Tal alteração na designação formal da relação de proteção não constitui descontinuação da relação de proteção e nem nova relação de proteção, portanto sem efeitos imediatos no resultado do exercício. **b) Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento:** alterações ao IFRS 16/CPC 06(R2) "Arrendamentos": prorrogação da aplicação do expediente prático de reconhecimento das reduções obtidas pela Companhia nos pagamentos dos arrendamentos diretamente no resultado do exercício e não como uma modificação de contrato, até 30 de junho de 2022. A adoção destas alterações não causou nenhum impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas no exercício de adoção (1º de janeiro de 2021). **Alterações e normas vigentes a partir de 1º de janeiro de 2022** - Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2022. O Grupo Vamos não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras: **a) Alteração ao IAS 16 "Ativo Imobilizado":** em maio de 2020, o IASB emitiu uma alteração que proíbe uma entidade de deduzir do custo do imobilizado os valores recebidos da venda de itens produzidos enquanto o ativo estiver sendo preparado para seu uso pretendido. Tais receitas e custos relacionados devem ser reconhecidos no resultado do exercício. A data efetiva de aplicação dessa alteração é 1º de janeiro de 2022; **b) Alteração ao IAS 37 "Provisão, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes":** em maio de 2020, o IASB emitiu essa alteração para esclarecer que, para fins de avaliar se um contrato é oneroso, o custo de cumprimento do contrato inclui os custos incrementais de cumprimento desse contrato e uma alocação de outros custos que se relacionam diretamente ao cumprimento dele. A data efetiva de aplicação dessa alteração é 1º de janeiro de 2022; **c) Alteração ao IFRS 3 "Combinação de Negócios":** emitida em maio de 2020, com o objetivo de substituir as referências da versão antiga da estrutura conceitual para a mais recente. A alteração ao IFRS 3 tem vigência de aplicação a partir de 1º de janeiro de 2022; **d) Aprimoramentos anuais - ciclo 2018-2020:** em maio de 2020, o IASB emitiu as seguintes alterações como parte do processo de melhoria anual, aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2022: **i) IFRS 9** - "Instrumentos Financeiros" - esclarece quais taxas devem ser incluídas no teste de 10% para a baixa de passivos financeiros. **ii) IFRS 16** - "Arrendamentos" - alteração do exemplo 13 a fim de excluir o exemplo de pagamentos do arrendador relacionados a melhorias no imóvel arrendado. **iii) IFRS 1** "Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros" - simplifica a aplicação da referida norma por uma subsidiária que adote o IFRS pela primeira vez após a sua controladora, em relação à mensuração do montante acumulado de variações cambiais. **e) Alteração ao IAS 1 "Apresentação das Demonstrações Contábeis":** emitida em maio de 2020, com o objetivo esclarecer que os passivos são classificados como circulantes ou não circulantes, dependendo dos direitos que existem no final do período. A classificação não é afetada pelas expectativas da entidade ou eventos após a data do relatório (por exemplo, o recebimento de um *waiver* ou quebra de *covenant*). As alterações também esclarecem o que se refere "liquidação" de um passivo à luz do IAS 1. As alterações do IAS 1 tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023. **f) Alteração ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2 - Divulgação de políticas contábeis:** em fevereiro de 2021 o IASB emitiu nova alteração ao IAS 1 sobre divulgação de políticas contábeis "materiais" ao invés de políticas contábeis "significativas". As alterações definem o que é "informação de política contábil material" e explicam como identificá-las. Também esclarece que informações materiais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. Para apoiar esta alteração, o IASB também alterou a "IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements" para fornecer orientação sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023. **g) Alteração ao IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro:** a alteração emitida em fevereiro de 2021 esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao exercício atual. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023. **h) Alteração ao IAS 12 - Tributos sobre o Lucro:** a alteração emitida em maio de 2021 requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exigirá o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023. Não se espera que as alterações acima tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, e não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

continua



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadão.estadão.com.br/publicacoes/>

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
Exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

c) Risco de liquidez - Risco de liquidez é o risco de que o Grupo irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. O Grupo monitora permanentemente o risco de escassez de recursos e mantém o planejamento de liquidez corrente, com o objetivo de manter em seu ativo saldo de caixa e investimentos de alta liquidez, flexibilidade por meio de linhas de créditos para empréstimos bancários, além da capacidade para tomada de recursos por meio do mercado de capitais de modo a garantir sua continuidade operacional. O prazo médio de endividamento é monitorado de forma a prover liquidez no curto prazo, analisando parcela, encargos e fluxo de caixa. O risco de liquidez é gerenciado pelo Grupo, que possui um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para as necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. O Grupo administra o capital por meio do monitoramento dos níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e a cláusula contratual restritiva (*covenants*) prevista em contratos de empréstimos e debêntures é monitorada regularmente para garantir que o contrato esteja sendo cumprido. A Companhia reconheceu lucro líquido de R\$ 130.410 em 31 de dezembro de 2021 e, nessa data, o seu capital circulante líquido foi positivo no consolidado, em R\$ 131.908 (R\$ 101.329 em 31 de dezembro de 2020). A seguir, estão apresentadas as maturidades contratuais de ativos e passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados:

	31/12/2021				
	Contábil	Fluxo contratual	Até 1 ano	Até 2 anos	De 3 a 8 anos
Ativos financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	2.458	2.458	2.458	-	-
Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras	2.141	2.141	2.141	-	-
Contas a receber	2.192	2.192	2.188	4	-
Total	6.791	6.791	6.787	4	-

	31/12/2021				
	Contábil	Fluxo contratual	Até 1 ano	Até 2 anos	De 3 a 8 anos
Passivos financeiros					
Fornecedores	32.434	32.434	32.434	-	-
Empréstimos e financiamentos	33.981	35.788	12.456	11.832	11.500
Debêntures	149.304	240.687	54.838	67.863	117.986
Total	215.719	308.909	99.728	79.695	129.486

	31/12/2021				
	Contábil	Fluxo contratual	Até 1 ano	Até 2 anos	De 3 a 8 anos
Ativos financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	12.169	12.169	12.169	-	-
Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras	364.353	364.353	364.353	-	-
Contas a receber	84.214	84.214	84.208	6	-
Outros créditos	16.068	20.374	11.394	4.145	4.835
Total	476.804	481.110	472.124	4.151	4.835

	31/12/2021				
	Contábil	Fluxo contratual	Até 1 ano	Até 2 anos	De 3 a 8 anos
Passivos financeiros					
Fornecedores	265.651	265.651	265.651	-	-
Risco sacado a pagar - montadoras	-	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	33.981	35.788	12.456	11.832	11.500
Debêntures	186.255	240.687	54.838	67.863	117.986
Arrendamentos a pagar	45.121	45.766	38.333	7.433	-
Arrendamentos por direito de uso	911	911	724	187	-
Partes relacionadas	-	-	-	-	-
Outras contas a pagar	42.415	42.415	42.415	-	-
Total	574.334	631.218	414.416	87.315	129.486

6.3.1. Análise de sensibilidade - A Administração do Grupo efetuou análise de sensibilidade, a fim de demonstrar os impactos das variações das taxas de juros e variações cambiais sobre seus ativos e passivos financeiros, considerando para os próximos 12 meses as seguintes taxas de juros e câmbio prováveis: • CDI em 11,79% a.a. com base na curva futura de juros (fonte: B3); • SELIC de 11,79% a.a. (fonte: B3); • IPCA 5,20% a.a. (fonte: B3); • TLP 9,83% a.a. (fonte: Banco central do Brasil); • IGP-M 6,42% a.a. (fonte: B3); A seguir é apresentado o quadro do demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, a fim de demonstrar os impactos em seu resultado financeiro, considerando um cenário provável (Cenário I), com aumentos de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III):

Operação	Exposição	Risco	Taxa provável	Cenário I provável	Controladora	
					Cenário II + deterioração de 25%	Cenário III + deterioração de 50%
Demais operações - Pós-fixadas						
Aplicações financeiras	2.445	Aumentado CDI	11,79%	288	360	432
Títulos e valores mobiliários - LFT	887	Aumentado SELIC	11,79%	105	131	157
Empréstimos, financiamentos	(33.980)	Aumentado CDI	11,79%	(4.006)	(5.008)	(6.009)
Debêntures	(149.304)	Aumentado CDI	11,79%	(17.603)	(22.004)	(26.404)
Efeito líquido da exposição	(179.952)			(21.216)	(26.521)	(31.824)
Demais operações - Pré-fixadas						
Títulos e valores mobiliários - LTN	1.254	PRÉ-FIXADO	2,05%	26	26	26
Exposição líquida e impacto no resultado da despesa financeira pré-fixada	1.254			26	26	26
Exposição líquida total	(178.698)			(21.190)	(26.495)	(31.798)

9.1. Classificação por vencimento ("aging list") e perdas esperadas ("impairment") de contas a receber

	Controladora				Consolidado			
	Contas a receber	Aging	%	Total	Contas a receber	Aging	%	Total
Total a vencer	2.192	-	-	2.192	69.925	(317)	0,45%	69.608
Vencidos em até 30 dias	-	-	-	-	6.964	(65)	0,93%	6.899
Vencidos de 31 a 90 dias	-	-	-	-	3.046	(104)	3,41%	2.942
Vencidos de 91 a 180 dias	-	-	-	-	958	(114)	11,90%	844
Vencidos de 181 a 365 dias	-	-	-	-	5.889	(1.967)	33,40%	3.922
Vencidos a mais de 365 dias	-	-	-	-	-	-	-	-
Total vencidos	-	-	-	-	16.857	(2.250)	49,65%	14.607
Total	2.192	-	-	2.192	86.782	(2.567)	50,10%	84.215

	Controladora				Consolidado			
	Contas a receber	Aging	%	Total	Contas a receber	Aging	%	Total
Total a vencer	3.190	-	-	3.190	143.568	(315)	0,2%	143.253
Vencidos em até 30 dias	17	-	-	17	14.967	(99)	0,7%	14.868
Vencidos de 31 a 90 dias	-	-	-	-	24.188	(76)	0,3%	24.112
Vencidos de 91 a 180 dias	-	-	-	-	10.228	(50)	0,5%	10.178
Vencidos de 181 a 365 dias	-	-	-	-	6.333	(245)	3,9%	6.088
Vencidos a mais de 365 dias (i)	-	-	-	-	92.866	(23.972)	25,8%	68.894
Total vencidos	17	-	-	17	148.582	(24.442)	31,1%	124.140
Total	3.207	-	-	3.207	292.150	(24.757)	31,4%	267.393

(i) O saldo descontinuado de 2020 no montante de R\$ 92.866 vencido acima de 365 dias, contempla R\$ 81.201 referente a recebíveis originados por contratos de serviços e locações prestadas pela antiga controlada CS Brasil Transportes ao Estado do Rio de Janeiro em anos anteriores, que estão sendo discutidos em processos judiciais de cobrança e estão classificados no ativo não circulante, líquido de provisão para perdas esperadas ("impairment") de contas a receber no montante de R\$ 14.352.

As movimentações das perdas esperadas ("impairment") de contas a receber estão demonstradas a seguir:

	Controladora	Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2019	-	(22.635)
(-) adições	-	(2.181)
(+) reversões	-	59
Saldos em 31 de dezembro de 2020	-	(24.757)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	-	(24.757)
(-) adições (i)	-	(1.255)
(+) reversões (i)	-	1.218
(-) cisão (ii)	-	22.227
Saldos em 31 de dezembro de 2021	-	(2.567)

As perdas esperadas ("impairment") de contas a receber foram apuradas considerando as premissas descritas na nota explicativa 6.3.a (ii).

10. ATIVO IMOBILIZADO DISPONIBILIZADO PARA VENDA

As movimentações para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 estão demonstradas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	Veículos	Veículos	Máquinas e equipamentos	Total
Custo:				
Saldos em 31 de dezembro de 2020	1.807	174.269	9.148	183.417
Bens transferidos do imobilizado	14.355	253.353	-	253.353
Bens baixados por venda	(15.687)	(281.719)	-	(281.719)
Cisão	-	(51.796)	-	(51.796)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	475	94.107	9.148	103.255
Depreciação acumulada:				
Saldos em 31 de dezembro de 2020	(102)	(60.634)	(8.648)	(69.282)
Bens transferidos do imobilizado	(1.235)	(67.640)	-	(67.640)
Bens baixados por venda	1.305	81.916	-	81.916
Cisão	-	21.467	-	21.467
Saldos em 31 de dezembro de 2021	(32)	(24.891)	(8.648)	(33.539)
Saldo residual líquido:				
Saldos em 31 de dezembro de 2020	1.705	113.635	500	114.135
Saldos em 31 de dezembro de 2021	443	69.216	500	69.716

Operação	Exposição	Risco	Taxa provável	Cenário I provável	Cenário II + deterioração de 25%	Cenário III + deterioração de 50%
Demais operações - Pós-fixadas						
Aplicações financeiras	11.890	Aumento do CDI	11,79%	1.402	1.752	2.103
Títulos e valores mobiliários - LFT	150.991	Aumento do SELIC	11,79%	17.802	22.252	26.703
Direitos a receber por alienação de empresas - Joseense (i)	3.464	Aumento do IPCA	5,20%	180	225	270
Direitos a receber por alienação de empresas - Quatá (i)	6.141	Aumento do CDI	11,79%	724	905	1.086
Arrendamentos a pagar	(45.121)	Aumento do CDI	11,79%	(5.320)	(6.650)	(7.980)
Empréstimos e financiamentos	(33.981)	Aumento do IPCA	5,20%	(1.767)	(2.209)	(2.651)
Debêntures	(149.304)	Aumento do CDI	11,79%	(17.603)	(22.004)	(26.404)
Exposição líquida e impacto no resultado da despesa financeira pós-fixada	(55.920)			(4.582)	(5.729)	(6.873)
Demais operações - Pré-fixadas						
Títulos e valores mobiliários - LTN	213.362	Aumento do CDI	2,05%	4.374	4.374	4.374
Arrendamentos por direito de uso	(911)	Aumento do CDI	11,79%	(107)	(107)	(107)
Exposição líquida e impacto no resultado da despesa financeira pré-fixada	212.451			4.267	4.267	4.267
Exposição líquida total	156.531			(315)	(1.462)	(2.606)

(i) Os direitos a receber por alienação de empresas utilizados como aporte pela controladora JSL (atual Simpar) estão registrados na rubrica de outros créditos. Essa análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto das mudanças nas variáveis de mercado sobre os referidos instrumentos financeiros do Grupo nas receitas e despesas financeiras, considerando os demais indicadores de mercado constantes. Quando ocorrer a liquidação desses instrumentos financeiros, os valores poderão ser diferentes dos demonstrados acima.

7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Caixa	1	1	1	3
Bancos	12	43	278	586
Total de disponibilidades	13	44	279	589
CDB - Certificado de depósitos bancários	1.640	504	5.072	5.194
Operações compromissadas - Lastreadas em debêntures	786	-	787	-
Letras financeiras	19	37	3.181	5.822
Cotas de fundos	-	-	2.850	357
Total de aplicações financeiras	2.445	541	11.890	11.373
Total	2.458	585	12.169	11.962

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 o rendimento médio das aplicações financeiras foi equivalente a 9,06% a.a. (rendimento médio equivalente de 2,57% a.a. em 31 de dezembro de 2020).

8. TÍTULOS, VALORES MOBILIÁRIOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Operações	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Títulos públicos - Fundos exclusivos (i)				
LFT - Letras Financeiras do Tesouro	887	1.091	150.991	308.555
LTN - Letras do Tesouro Nacional	1.254	1.201	213.362	235.957
Total	2.141	2.292	364.353	544.512

O rendimento médio dos títulos públicos que estão alocados em fundos exclusivos é definido por taxas pré-fixada e pós-fixada (LTN pré-fixada e LFT SELIC). Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 o rendimento médio foi equivalente a 9,06% a.a. (rendimento médio equivalente de 2,05% a.a. em 31 de dezembro de 2020).

9. CONTAS A RECEBER

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Valores a receber de serviços e locações, incluindo valores a receber com cartões de crédito	-	-	47.015	188.306
Ativos de contrato	-	-	36.448	83.334
Contas a receber - partes relacionadas (nota 24.1)	2.188	3.207	1.662	18.942
Outras contas a receber	4	-	1.657	1.568
(-) Perdas esperadas ("impairment") de contas a receber	-	-	(2.567)	(24.757)
Total	2.192	3.207	84.215	267.393
Ativo circulante	2.188	3.207	84.208	187.931
Ativo não circulante	4	-	6	79.462
Total	2.192	3.207	84.214	267.393

	Controladora				Consolidado			
	Contas a receber	Aging	%	Total	Contas a receber	Aging	%	Total
Total a vencer	2.192	-	-	2.192	69.925	(317)	0,45%	69.608
Vencidos em até 30 dias	-	-	-	-	6.964	(65)	0,	

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
Exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. INVESTIMENTOS

Os investimentos são avaliados pelo método de equivalência patrimonial, tomando como base as informações contábeis das investidas. **12.1. Movimentação dos investimentos** - Os investimentos são avaliados pelo método de equivalência patrimonial, tomando como base as informações contábeis das investidas, conforme demonstrado abaixo:

Investimentos	31/12/2020	Aporte de capital	Reestruturação societária (i)	Resultado de equivalência patrimonial das operações descontinuadas (ii)	Resultado de equivalência patrimonial das operações continuadas (iv)	Variação na participação acionária (v)	Resultado não realizado (iii)	Dividendos e juros sobre capital próprio	Outras movimentações (vi)	31/12/2021	Participação %	Controladora Patrimônio líquido em 31/12/2021
				23.075	167.411	(40.017)	-	(35.944)	(1.205)	-	99,99	-
CS Brasil Transportes	629.097	-	(615.023)	23.075	167.411	(40.017)	-	(35.944)	(1.205)	-	-	99,99
CS Brasil Frotas	855.479	601.500	(597.001)	-	-	-	-	(63.555)	(44)	923.773	49,25	1.873.476
Total investimentos	1.484.576	601.500	(1.212.024)	23.075	167.411	(40.017)	-	(99.499)	(1.249)	923.773		1.873.476
CS Finance	-	115	753	(868)	-	-	-	-	-	-	100,00	-
Total investimentos	1.484.576	601.615	(1.211.271)	22.207	167.411	(40.017)	-	(99.499)	(1.249)	923.773		1.873.476

(i) Refere-se aos saldos de investimentos baixados na Companhia e transferidos para CS Holding no processo de reestruturação societária descrito na nota explicativa 1.1.
(ii) Refere-se aos saldos de equivalência patrimonial apurada de 01 de janeiro a 26 de julho de 2021, data da efetiva cisão, dos investimentos baixados na Companhia e transferidos para CS Holding no processo de reestruturação societária. Como esses investimentos não compõem mais o saldo de investimento da Companhia, esse montante de equivalência foi alocado nas demonstrações dos resultados como resultado de operações descontinuadas.
(iii) A controladora CS Brasil Participações possui contratos de arrendamentos de veículos junto a sua controlada CS Brasil Frotas que para fins de equivalência patrimonial, os efeitos das amortizações dos direitos de uso e juros originados desses contratos são desreconhecidos de acordo com o pronunciamento CPC 06 (R2) / (IFRS 16). No exercício de 2021, foi desreconhecido R\$ 1.086 de resultado não realizado.
(iv) Considerando a emissão de debêntures conversíveis em ações ocorrida em 23 de dezembro de 2021 entre CS Frotas e Movida Participações conforme mencionado na nota explicativa 1.4 c, a consolidação de equivalência efetuada pela Companhia em 31 de dezembro de 2021 já está proporcional ao percentual societário de 49,25% que ficará quando for exercido o direito de conversão das ações no vencimento das debêntures.
(v) Saldo de redução na participação acionária para 49,25% pós emissão das debêntures conversíveis em ações entre CS Frotas e Movida participações conforme mencionado na nota explicativa 1.4 c.
(vi) Saldo de R\$ 1.205 no investimento da CS Transporte referente à alteração no valor de swap registrado no patrimônio líquido, o qual impactou o investimento e o patrimônio líquido da controladora estando contabilizado na demonstração do patrimônio líquido composto o saldo de R\$ 8.953 do acervo cindido em lucros acumulados.

12.2. Saldos patrimoniais e de resultado das controladas - Os saldos de ativos, passivos, receitas e despesas nas empresas controladas em 31 de dezembro de 2021 estão apresentados a seguir:

Investimentos	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido	Receitas líquidas	Custos, despesas e outras receitas	Lucro / (prejuízo) líquido do exercício	31/12/2021
CS Brasil Frotas	605.193	1.770.642	399.376	102.983	1.873.476	554.312	(385.883)	168.429	

12.3. Dividendos a receber - As movimentações no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 está demonstrada a seguir:

	Controladora	Controladora Veículos
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-	-
Dividendos e juros sobre capital próprio declarados no exercício	2.189	127.614
Saldo em 31 de dezembro de 2021	2.189	146.948
	Controladora	Controladora Veículos
Saldo em 31 de dezembro de 2019	-	-
Dividendos e juros sobre capital próprio declarados no exercício	126.679	5,52%
Dividendos e juros sobre capital próprio recebidos no exercício	(126.679)	6,88%
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-	-

13. IMOBILIZADO

As movimentações para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 estão demonstradas a seguir:

	Controladora	Controladora Veículos
Custo:		
Em 31 de dezembro de 2019	-	88.664
Adições	54.438	54.438
Transferência para bens destinados a venda	(6.538)	(6.538)
Baixa de ativos e outros	(5)	(5)
Em 31 de dezembro de 2020	136.559	136.559
Depreciação acumulada:		
Em 31 de dezembro de 2019	-	-
Despesa de depreciação no exercício	(9.136)	(9.136)
Transferência para bens destinados a venda	191	191
Em 31 de dezembro de 2020	(8.945)	(8.945)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	88.664	88.664
Saldo em 31 de dezembro de 2020	127.614	127.614
Taxa média de depreciação (%) no exercício:		
Veículos leves	10,3%	10,3%
Veículos, máquinas e equipamentos pesados	8,8%	8,8%

	Veículos	Máquinas e equipamentos	Benfeitorias em propriedade de terceiros	Computadores e periféricos	Móveis e utensílios	Construções em andamento	Direito de uso	Outros	Total
Custo:									
Saldos em 31 de dezembro de 2020	1.411.017	30.377	6.748	838	3.098	1.326	31.369	152	1.484.925
Adições	1.326.234	180	25	644	553	214	1.536	16	1.329.402
Transferências	-	-	1.471	-	-	(1.471)	-	-	-
Transferência para bens destinados a venda	(253.353)	-	-	-	-	-	-	-	(253.353)
Baixa de ativos e outros	(28.911)	-	-	-	-	-	-	-	(28.911)
Cisão	(478.252)	(36.965)	(7.494)	(945)	(2.790)	(66)	(31.212)	(156)	(557.880)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	1.976.734	(6.408)	750	537	861	3	1.693	12	1.974.182
Depreciação acumulada:									
Saldos em 31 de dezembro de 2020	(115.019)	(15.837)	(4.906)	(635)	(1.161)	-	(13.478)	(12)	(151.048)
Despesa de depreciação no exercício	(96.631)	(2.379)	(667)	(95)	(245)	-	(6.025)	(8)	(106.049)
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferência para bens destinados a venda	67.640	-	-	-	-	-	-	-	67.640
Baixa de ativos e outros	2.691	-	-	-	-	-	-	-	2.691
Cisão	53.569	24.792	5.420	594	1.232	-	18.027	23	103.657
Saldos em 31 de dezembro de 2021	(87.750)	6.576	(153)	(136)	(174)	-	(1.476)	3	(83.109)
Saldo líquido:									
Saldos em 31 de dezembro de 2020	1.295.998	14.540	1.842	203	1.937	1.326	17.891	140	1.333.877
Saldos em 31 de dezembro de 2021	1.888.985	168	597	401	687	3	217	15	1.891.074
Taxa média de depreciação no exercício:									
Veículos leves	5,52%	6,88%	10,11%	4,00%	20,00%	9,66%	33,55%	10,01%	
Veículos, máquinas e equipamentos pesados	6,88%	10,11%	4,00%	20,00%	9,66%	33,55%	10,01%		
Outros									

O grupo revisa anualmente as estimativas do valor de mercado esperado no final da vida útil econômica de seus ativos imobilizados, acompanha regularmente as estimativas de sua vida útil econômica utilizadas para determinação das respectivas taxas de depreciação e amortização e, sempre que necessário, são efetuadas análises sobre a recuperabilidade dos seus ativos. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são ajustados caso seja apropriado. Durante o exercício de 2021, a vida útil estimada dos veículos do Imobilizado foram revistas. O efeito líquido da mudança de estimativa contábil com impacto no exercício corrente é de uma redução na despesa de depreciação no montante líquido total de R\$ 10.467. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, não foram observados indicativos de *impairment*, os quais o Grupo fosse requerido a realizar uma estimativa formal do valor presente recuperável.

	Veículos	Máquinas e equipamentos	Benfeitorias em propriedade de terceiros	Computadores e periféricos	Móveis e utensílios	Construções em andamento	Direito de uso	Outros	Total
Custo:									
Em 31 de dezembro de 2019	1.120.318	38.817	6.354	747	2.481	2.373	39.231	602	1.210.923
Adições	627.260	4.974	-	91	1.148	1.071	11.526	14	646.084
Transferências	10.143	(12.948)	1.924	-	(531)	(1.924)	-	3.336	-
Transferência / retorno de bens disponibilizados para venda	(346.047)	(297)	-	-	-	-	-	-	(346.344)
Baixa de ativos e outros (i)	(657)	(169)	(1.530)	-	-	(194)	(19.388)	(3.800)	(25.738)
Em 31 de dezembro de 2020	1.411.017	30.377	6.748	838	3.098	1.326	31.369	152	1.484.925
Depreciação acumulada:									
Em 31 de dezembro de 2019	(119.851)	(20.479)	(5.263)	(582)	(883)	-	(9.832)	(590)	(157.480)
Despesa de depreciação no exercício	(148.251)	(3.081)	(1.068)	(53)	(278)	-	(7.759)	(133)	(160.623)
Transferências	(5.527)	7.491	-	-	-	-	-	(1.964)	-
Transferência / retorno de bens disponibilizados para venda	158.523	133	-	-	-	-	-	-	158.656
Baixa de ativos e outros (i)	87	99	1.425	-	-	-	4.113	2.675	8.399
Em 31 de dezembro de 2020	(115.019)	(15.837)	(4.906)	(635)	(1.161)	-	(13.478)	(12)	(151.048)
Saldo líquido:									
Saldos em 31 de dezembro de 2019	1.000.467	18.338	1.091	165	1.598	2.373	29.399	12	1.053.443
Saldos em 31 de dezembro de 2020	1.295.998	14.540	1.842	203	1.937	1.326	17.891	140	1.333.877
Taxa média de depreciação (%) no exercício:									
Veículos leves	12,3	-	-	-	-	-	-	-	-
Veículos, máquinas e equipamentos pesados	7,3	14,5	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	19,8	20,0	10,0	-	22,0	10,0	-

13.1. Arrendamento de itens do ativo imobilizado - Parte dos ativos foram adquiridos pela Companhia por meio de arrendamento a pagar, substancialmente representados por veículos, máquinas e equipamentos. Esses saldos integram o ativo imobilizado de acordo com o demonstrado a seguir:

	31/12/2021	31/12/2021
Custo - arrendamento mercantil capitalizado	79.649	345.335
Depreciação acumulada	(17.137)	(55.980)
Saldo contábil, líquido	62.512	289.355

14. FORNECEDORES

Modalidade	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Veículos, máquinas e equipamentos	3.944	51.989	254.932	213.003
Fornecedores de veículos para Locação - <i>Reverse Factoring</i>	-	-	-	6.375
Peças e manutenção	-	-	6.261	74.107
Partes relacionadas (nota 24.1)	28.460	87.631	2.123	16.157
Material de estoque	-	-	840	1.942
Serviços contratados	1	558	1.287	2.037
Aluguel de imóveis	-	-	-	1.969
Outros	29	859	208	36.646
Total	32.434	141.037	265.651	352.236

16. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

A movimentação para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 está demonstrada a seguir:

Modalidade	Taxa média a.a.	Estrutura taxa média	Vencimento	31/12/2021			Movimentação 31/12/2020						
				Circulante	Não circulante	Total	Cisão	Amortização	Juros pagos	Juros apropriados	Não circulante	Total	
Em moeda nacional													
CCBs (v)	9,10%	CDI + 2,95%	novembro-24	11.575	22.406	33.981	-	(11.250)	(2.803)	3.008	11.411	33.615	45.026
NPs (iii)	8,80%	CDI 2,65%	junho-23	-	-	-	(172.518)	-	-	5.101	107.533	59.884	167.417
				11.575	22.406	33.981	(172.518)	(11.250)	(2.803)	8.109	118.944	93.499	212.443
				11.575	22.406	33.981	(172.518)	(11.250)	(2.803)	8.109	118.944	93.499	212.443

continua



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadao.ri.com.br/publicacoes/>

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
Exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Modalidade	Taxa média a.a.	Estrutura taxa média	Vencimento	31/12/2020			Movimentação					Controladora 31/12/2019		
				Circulante	Não circulante	Total	Novos contratos (a)	Transfêrência (vi)	Amortização	Juros pagos	Juros apropriados	Circulante	Não circulante	Total
Em moeda nacional														
CCBs (v)	4,85%	CDI + 2,95%	novembro-24	11.411	33.615	45.026	45.000	-	-	(187)	213	-	-	-
NPs (iii)	3,81%	CDI + 1,91%	junho-23	107.533	59.884	167.417	660.000	107.716	(600.000)	(16.853)	16.554	-	-	-
				118.944	93.499	212.443	705.000	107.716	(600.000)	(17.040)	16.767			

Modalidade	Taxa média a.a.	Estrutura taxa média	Vencimento	31/12/2021			Movimentação					Consolidado 31/12/2020			
				Circulante	Não circulante	Total	Novos contratos (a)	Cisão	Amortização	Juros pagos	Juros apropriados	Circulante	Não circulante	Total	
															Alocação da variação de hedge de valor justo
Em moeda nacional															
CCBs	9,21%	CDI+3,06%	novembro-24	11.575	22.406	33.981	-	(59.910)	(11.250)	(1.877)	-	2.082	21.525	83.411	104.936
Finame (i)	-	-	-	-	-	-	-	-	(601)	(5)	5	267	334	601	
NPs (iii)	-	-	-	-	-	-	-	(219.140)	(112.272)	(104)	-	9.480	188.240	133.796	322.036
CDCs (iv)	9,25%	CDI+3,10%	julho-22	-	-	-	-	(9.652)	(4.586)	(210)	399	7.858	6.191	14.049	
Senior Notes " BOND"	10,75%	Pré Fixada	fevereiro-28	-	-	-	-	44.728	(35.474)	-	(9.254)	-	-	-	
FNE (ii)	10,04%	IPCA+1,59%	janeiro-24	-	-	-	9.183	(8.271)	(835)	(377)	300	-	-	-	
				11.575	22.406	33.981	9.183	(252.245)	(165.018)	(2.573)	(9.254)	12.266	217.890	223.732	441.622
				11.575	22.406	33.981	9.183	(252.245)	(165.018)	(2.573)	(9.254)	12.266	217.890	223.732	441.622

(a) Os novos contratos são contabilizados e apresentados líquidos dos custos de captação - (i) **FINAME** - são financiamentos para investimentos em veículos pesados, máquinas e equipamentos utilizados nas operações. Os contratos firmados são relativos à compra de novos ativos pelo processo normal de renovação ou expansão da frota. Os contratos de Finame possuem carência que variam de seis meses até dois anos de acordo com o produto financiado, as amortizações de juros e principal são mensais após o exercício de carência. Esses financiamentos não possuem cláusulas de compromisso. (ii) **FNE** - referem-se as operações do Fundo Constitucional de Financiamento do Banco Nordeste, para financiamentos e investimentos em veículos pesados, leves, máquinas e equipamentos utilizados nas operações de gestão do caixa do Grupo. Esses contratos possuem vencimentos variados, as carências que são de três meses a um ano, e alguns ativos podem ficar alienados de acordo com o produto financiado. As amortizações de juros e principal são mensais, após o exercício de carência e não possuem cláusulas de compromisso; (iii) **NPs** - se referem a notas comerciais de promessas de pagamentos emitidas para reforço do capital de giro, dentro da gestão ordinária de seus negócios. Esses contratos possuem vencimentos variados, com amortizações de juros e principal no final do contrato. Esses contratos possuem uma cláusula de compromissos: manutenção de índices financeiros. A Companhia utiliza os índices financeiros consolidados da controladora Simpar. (iv) **CDC** - é uma modalidade de financiamento com a finalidade de subsidiar o capital de giro, para aquisição de produtos, veículos, máquinas e equipamentos em geral inclusive serviços. São operações utilizadas para gestão do caixa e não possuem cláusulas de compromisso; (v) **CCBs** - são Cédulas de Crédito Bancário adquiridas junto a instituições financeiras com a finalidade de subsidiar o capital de giro, além de financiar a compra de veículos para as operações. Esses contratos possuem vencimentos variados, sendo semestrais e não possuem cláusulas de compromisso; A Companhia e suas controladas monitoram a manutenção dos *covenants* trimestralmente e a manutenção dos índices foi realizada em todos os trimestres. Determinados contratos possuem cláusulas de compromisso de manutenção de índices financeiros calculados com base na Dívida Financeira Líquida, *EBITDA*-Adicionado (*EBITDA-A*) e Despesa Financeira Líquida, com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Simpar S/A.. "**Dívida Financeira Líquida para fins de *covenants* financeiros**" significa saldo total dos empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo da Avalista, incluídas as Notas Comerciais e quaisquer outros títulos ou valores mobiliários representativos de dívida, os resultados, negativos e/ou positivos, das operações de proteção patrimonial (*hedge*) e subtraídas (a) os valores em caixa e em aplicações financeiras e (b) os financiamentos contraídos em razão do programa de financiamento de estoque de veículos novos e usados, nacionais e importados e peças automotivas, com concessão de crédito rotativo cedido pelas instituições financeiras ligadas às montadoras (Veículos *Floor Plan*); "**EBITDA-Adicionado para fins de *covenants* financeiros**" significa o lucro antes do resultado financeiro, tributos, depreciações, amortizações, *impairment* dos ativos e equivalências patrimoniais, acrescido do custo de venda dos ativos utilizados na prestação de serviços, apurado ao longo dos últimos 12 (doze) meses, incluindo o *EBITDA*-Adicionado dos últimos 12 (doze) meses das sociedades incorporadas e/ou adquiridas pela Avalista; e "**Despesa Financeira Líquida para fins de *covenants* financeiros**" significa os encargos de dívida, acrescidos das variações monetárias, deduzidas as rendas de aplicações financeiras, todos estes relativos aos itens descritos na definição de Dívida Financeira Líquida acima e calculados pelo regime de competência ao longo dos últimos 12 (doze) meses.

17. DEBÊNTURES

As movimentações no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 estão demonstradas a seguir:

Modalidade	Taxa média a.a.	Vencimento	31/12/2021			Movimentação					Controladora 31/12/2020		
			Circulante	Não circulante	Total	Cisão Movida RAC	Juros pagos	Juros apropriados	Circulante	Não circulante	Total		
Em moeda nacional													
1ª emissão- CSP	12,85%	dez-25	-	-	-	(597.000)	(39.068)	42.987	920	254	592.160	593.080	
2ª emissão- CSP (i)	12,05%	dez-25	442	148.862	149.304	-	(14.174)	15.138	254	148.086	148.340		
			442	148.862	149.304	(597.000)	(53.242)	58.125	1.174	740.246	741.420		

Modalidade	Taxa média a.a.	Vencimento	31/12/2021			Movimentação					Consolidado 31/12/2020		
			Circulante	Não circulante	Total	Cisão Movida RAC	AVP	Juros pagos	Juros apropriados	Circulante	Não circulante	Total	
Em moeda nacional													
1ª emissão- CSP	9,85%	dez-25	-	-	-	(597.000)	-	(35.515)	39.434	920	592.161	593.081	
2ª emissão- CSP (i)	9,05%	dez-25	442	148.862	149.304	-	(14.174)	15.138	254	148.086	148.340		
1ª Emissão- CSF (ii)	-	-	36.951	-	36.951	-	36.354	597	-	-	-		
			37.393	148.862	186.255	(597.000)	36.354	(49.689)	55.169	1.174	740.247	741.421	

Modalidade	Taxa média a.a.	Vencimento	31/12/2020			Movimentação					Controladora e Consolidado 31/12/2019		
			Circulante	Não circulante	Total	Novos contratos	Juros pagos	Juros apropriados	Circulante	Não circulante	Total		
Em moeda nacional													
1ª emissão- CSP	5,60%	dez-25	920	592.161	593.081	600.000	(7.887)	968	-	-	-		
2ª emissão- CSP	4,80%	dez-25	254	148.086	148.340	150.000	(1.930)	270	-	-	-		
			1.174	740.247	741.421	750.000	(9.817)	1.238	-	-	-		
			1.174	740.247	741.421	750.000	(9.817)	1.238	-	-	-		

As características das debêntures estão apresentadas na tabela a seguir:

Entidade emissora	CS Brasil Participações (i)	CS Frotas (ii)
Descrição	2ª Emissão	1ª Emissão
a. Identificação do processo por natureza		
Valor da 1ª Série	150.000	350.000
Valor da 2ª Série	-	-
Valor da 3ª Série	-	-
Valor da emissão	150.000	350.000
Valor Total Recebido em C/C	150.000	-
Emissão	15/12/2020	27/12/2021
Captação	17/12/2020	27/12/2021
Vencimento	15/12/2025	20/01/2023
Espécie	Flutuante	Quirografárias
Identificação ativo na CETIP	CSBR 12	-
b. Custos da transação	1.930	-
c. Prêmios obtidos		
Adicional pela liquidação	N.A	N.A
Valor da liquidação	-	-
d. Taxa de juros efetiva (tir) a.a. %		
1ª Série	CDI + 2,90%	CDI + 2,00%
2ª Série	-	-
3ª Série	-	-
e. Montante dos custos e prêmios a serem apropriados até o vencimento	1.528	-

18. ARRENDAMENTOS A PAGAR

Contratos de arrendamentos na modalidade de Finame *leasing* e arrendamento a pagar para a aquisição de veículos e bens da atividade operacional do Grupo que possuem encargos anuais pós-fixados e estão distribuídos da seguinte forma:

Modalidade	Taxa média a.a.	Estrutura taxa média	Vencimento	31/12/2021			Movimentação					Consolidado 31/12/2020		
				Circulante	Não circulante	Total	Cisão	Amortização	Juros pagos	Juros apropriados	Circulante	Não circulante	Total	
Em moeda nacional														
Arrendamento a pagar - <i>Leasing</i>	6,2%	CDI + 2,7	fev/25	37.731	7.390	45.121	(97.001)	(97.590)	(1.960)	5.154	104.855	131.663	236.518	

Modalidade	Taxa média a.a.	Estrutura taxa média	Vencimento	31/12/2020			Movimentação					Consolidado 31/12/2019		
				Circulante	Não circulante	Total	Novos contratos	Amortização	Juros pagos	Juros apropriados	Circulante	Não circulante	Total	
Em moeda nacional														
Arrendamento a pagar - <i>Leasing</i>	4,09%	CDI + 2,19	fev/25	104.855	131.663	236.518	67.962	(88.950)	(6.597)	11.475	74.442	178.186	252.628	

19. ARRENDAMENTOS DE DIREITO DE USO

As informações sobre os passivos de arrendamentos para os quais o Grupo é o arrendatário são apresentadas abaixo. As informações relativas aos ativos por direito de uso estão divulgadas na nota explicativa 13.

	Consolidado
Passivo de arrendamento em 31/12/2020	18.807
Adição	1.536
Baixa	-
Amortização	(1.192)
Juros pagos	(18)
Juros apropriados	67
Cisão	(18.289)
Passivo de arrendamento em 31/12/2021	911
Circulante	724
Não circulante	187
Total	911

O Grupo arrenda, substancialmente, imóveis em que operam suas áreas operacional e administrativa, assim como concessionárias. Os contratos de arrendamentos são reajustados anualmente, para refletir os valores de mercado e, alguns arrendamentos proporcionam pagamentos adicionais de aluguel, que são baseados em alterações do índice geral de preços. Para certos arrendamentos, o Grupo é impedido de entrar em quaisquer contratos de subarrendamento. O Grupo chegou às suas taxas de desconto, com base nas taxas de juros livres de risco observadas no mercado brasileiro, para os prazos de seus contratos, ajustadas à realidade do Grupo ("*spread*" de crédito). Os "*spreads*" foram obtidos por meio de sondagens junto a

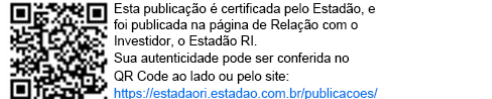
potenciais investidores de títulos de dívida do Grupo. A tabela abaixo evidência as taxas praticadas, vis-à-vis os prazos dos contratos, conforme requerido pelo CPC 12 - Ajuste a Valor Presente, §33:

Contratos por prazo e taxa de desconto	
Prazos contratos	Taxa % aa
1	4,21
2	5,59
3	6,93
5	8,34
8	9,33
10	9,66
15	10,15
20	10,38

A seguir é apresentado quadro indicativo do direito potencial de PIS/COFINS a recuperar embutido na contraprestação de arrendamento, conforme os períodos previstos para pagamento. Saldos não descontados e saldos descontados a valor presente:

Fluxos de caixa	Nominal	Ajustado valor presente
Contraprestação dos arrendamentos	951	946
PIS/COFINS	47	46

A Administração da Companhia na mensuração e na remensuração de seus arrendamentos mercantis e seus correspondentes ativos, utilizou-se da técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação projetada nos fluxos a serem descontados. Caso a Companhia tivesse considerado a inflação (substancialmente IGP-M) em seu fluxo de caixa o efeito sobre os ativos de direito de uso e os arrendamentos seria um aumento aproximado de R\$ 34.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
Exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Partes relacionadas	19.692	7.559	-	4.780
Prefeituras (i)	-	-	-	16.348
Venda de veículos	-	-	6.580	23.472
Total	19.692	7.559	6.580	44.600

(i) Esses adiantamentos referem-se a valores recebidos antecipadamente de passagem do transporte urbano.

21. OUTRAS CONTAS A PAGAR

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Contas a pagar dos consórcios Sorocaba e 123	-	-	-	6.646
Reserva de seguros	1.356	710	2.684	8.192
Partes relacionadas (nota 24.1)	14.028	124	38.622	7.165
Provisão de serviços de terceiros	-	-	-	4.330
Outros	-	84	1.109	671
Total	15.384	918	42.415	27.004
Ativo circulante	15.384	918	42.415	26.591
Ativo não circulante	-	-	-	413
Total	15.384	918	42.415	27.004

22. DEPÓSITOS JUDICIAIS E PROVISÃO PARA DEMANDAS JUDICIAIS E ADMINISTRATIVAS

A Companhia e suas controladas, no curso normal de seus negócios, recebem demandas e reclamações de caráter cível, tributárias e trabalhistas, discutidas em fóruns administrativo e judicial, ocasionando, inclusive, bloqueios bancários e depósitos judiciais com garantia de parte dessas demandas. Com suporte da opinião de seus assessores jurídicos, foram constituídas provisões para cobertura das prováveis perdas relacionadas a essas demandas, as quais estão apresentadas a seguir:

	Depósitos judiciais		Provisões	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Trabalhistas	-	3.366	-	(2.552)
Cíveis	504	1.131	-	(594)
Tributárias	-	175	-	-
Total	504	4.672	-	(3.146)

22.1. Depósitos judiciais - Os depósitos e bloqueios judiciais referem-se a conta corrente judicial ou bloqueios de saldos bancários determinados em juízo para garantia de eventuais execuções exigidas, ou valores depositados em conexão com ações judiciais em substituição de pagamentos de tributos ou contas a pagar que estão sendo discutidas judicialmente.

22.2. Provisão para demandas judiciais e administrativas - O Grupo classifica os riscos de perda com riscos e reclamações tributárias, cíveis e trabalhistas como "prováveis", "possíveis" ou "remotos". A provisão registrada em relação a tais processos é determinada pela Administração, com base na análise de seus assessores jurídicos, e reflete as perdas prováveis estimadas. A Administração do Grupo acredita que a provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas é suficiente para cobrir eventuais perdas com processos administrativos e judiciais. A movimentação para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 está demonstrada a seguir:

	Consolidado		
	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	2.552	594	3.146
Constituição	286	226	512
Reversão	(957)	(314)	(1.271)
Operações descontinuadas (i)	(1.881)	(506)	(2.387)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	-	-	-

(i) Esse montante compõe o saldo de operações descontinuadas conforme mencionado na nota explicativa 1.3.

	Consolidado		
	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	4.149	981	5.130
Constituição	1.159	645	1.804
Reversão/pagamentos	(2.756)	(1.032)	(3.788)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	2.552	594	3.146

Trabalhistas - A provisão para demandas trabalhistas foi constituída para cobrir os riscos de perda oriundos de ações judiciais reclamando indenizações por horas extras, horas *in itinere*, adicional de periculosidade, de insalubridade, acidentes de trabalho e ações promovidas por empregados de empresas terceirizadas devido à responsabilidade solidária. **Cíveis** - Os processos de natureza cível não envolvem, individualmente, valores relevantes e estão relacionados, principalmente, a pleitos de indenização por acidente de trânsito, cujos pedidos correspondem à reparação de danos morais, estéticos e materiais. **22.3. Perdas possíveis não provisionadas no balanço** - A Companhia e suas controladas têm, em 31 de dezembro de 2021 e 2020, processos em andamento de natureza trabalhistas, cíveis e tributárias nas esferas judicial e administrativa que são considerados pela Administração e seus assessores jurídicos com a probabilidade de perda possível, conforme tabela a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020 (i)
Trabalhistas	35	6.051
Cíveis	143	12.658
Tributárias	55	71.224
Total	233	89.933

(i) Os saldos comparativos de dezembro de 2020 contemplam um total de R\$ 89.765 referente às operações descontinuadas da CS Transportes. **Trabalhistas** - As demandas trabalhistas são relacionadas a ações judiciais reclamando indenizações por reflexos trabalhistas da mesma natureza das mencionadas na nota explicativa 22.2, movidas por ex-colaboradores do Grupo. **Cíveis** - As demandas cíveis estão relacionadas a pedidos indenizatórios por perdas e danos por motivos diversos contra a Companhia e suas controladas, da mesma natureza das mencionadas na nota explicativa 22.2, assim como ações anulatórias e reclamações por descumprimentos contratuais. **Tributárias** - As principais naturezas das demandas são: (i) questionamentos relativos a eventuais não recolhimentos de ICMS; (ii) questionamentos de parte das parcelas de créditos relativos a PIS e COFINS que compõem o saldo negativo apresentado em PER/DCOMP; (iii) questionamentos relativos a créditos tributários de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS; (iv) questionamentos relativos a compensação de créditos de IRPJ e CSLL e (v) questionamentos relativos a apropriação de créditos de ICMS.

23. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

23.1. Imposto de renda e contribuição social diferidos - Os créditos e débitos de imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ e contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL diferidos foram apurados com base nos saldos de prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis no futuro. As origens estão apresentadas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Créditos fiscais				
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	12.858	1.513	12.858	1.513
Provisão para perda de ICMS a recuperar (i)	-	-	-	11.575
Provisão para demandas judiciais e administrativas	-	-	-	2.619
Perdas esperadas (<i>"impairment"</i>) de contas a receber	-	-	147	6.018
Provisão para ajuste a valor de mercado e obsolescência	-	-	-	549
Provisão sobre encargos trabalhistas e tributários	-	-	-	2.097
Impacto do Arrendamentos por direito de uso	-	-	-	554
Depreciação de arrendamento por direito de uso	-	-	383	-
Outras provisões	-	-	45	3.253
Total do imposto diferido ativo	12.858	1.513	13.433	28.178
Imposto diferido passivo				
Receita diferida de órgãos públicos	-	-	(5.460)	(32.997)
Derivativos de <i>hedge (swap)</i> e variação cambial em regime tributário de caixa	-	(883)	-	-
Depreciação econômica vs. fiscal	(5.413)	-	(61.477)	(9.126)
Imobilização <i>leasing</i> financeiro	-	33	(33.407)	(52.610)
Outros	426	-	2.758	-
Total do imposto diferido passivo	(4.987)	(850)	(97.586)	(94.733)
Total débitos fiscais, líquidos	7.871	663	(84.153)	(66.555)
Tributos diferidos ativos	7.871	663	7.871	663
Tributos diferidos passivos	-	-	(92.024)	(67.218)
Total débitos fiscais, líquidos	7.871	663	(84.153)	(66.555)

	Fornecedores (nota 14) (v)		Partes Relacionadas a pagar (iii)		Adiantamentos de clientes (nota 20) (vi)		Dividendos a pagar (nota 25.3 a)(vii)		Outras contas a pagar (nota 21) (iv)	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Partes relacionadas										
CS Brasil Frotas	28.460	27.277	-	-	19.692	6.993	-	-	-	65
CS Brasil Transportes (a) (c)	-	60.336	-	75.668	-	566	-	-	14.028	-
JSL S.A. (b)	-	18	-	-	-	-	-	-	-	-
Simpár S.A.	-	-	-	1.145	-	-	-	-	-	51
Movida Participações S.A.	-	-	-	-	-	-	30.560	-	-	-
Mogi Mob Transporte de Passageiros Ltda.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8
Total	28.460	87.631	-	76.813	19.692	7.559	30.560	16.723	14.028	124
Circulante	28.460	87.631	-	-	19.692	7.559	30.560	16.723	14.028	124
Não circulante	-	-	-	76.813	-	-	-	-	-	-
Total	28.460	87.631	-	76.813	19.692	7.559	30.560	16.723	14.028	124

(a) Do total a pagar de R\$ 75.668 em 31 de dezembro de 2020 refere-se a compra da participação de 64.803.261 "Quotas" da CS Brasil Frotas, ocorrida em 30 de dezembro de 2020, em 8 parcelas semestrais, no valor de R\$ 9.052, vencendo a primeira parcela em 30 de dezembro de 2022 e a última em 30 de setembro de 2026, corrigidas por 100% do CDI + limite de 2,2%, o qual foi transferido para a CS Holding na reestruturação societária mencionada na nota explicativa 1.1.

(b) Referente a saldo a pagar de aquisições de imobilizado operacional cujo valor negociado foi estabelecido com base no valor contábil residual.

(c) O saldo de outras contas a pagar com a CS Brasil Transportes refere-se ao saldo de transferência do *swap* sobre o Bond anteriormente registrado na CS Participações, efetuada em abril de 2021. No quadro a seguir, estão os saldos das transações entre o Grupo e partes relacionadas que no Consolidado não são eliminados:

	Consolidado															
	Ativo						Passivo									
	Contas a receber (nota 9) (i)		Outros créditos (nota 11) (ii)		Partes relacionadas a receber		Dividendos a pagar (nota 25.3 a) (vii)		Fornecedores (nota 14) (v)		Outras contas a pagar (nota 21) (iv)		Partes relacionadas a pagar		Adiantamentos de clientes (nota 20) (vi)	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Partes relacionadas																
Avante Veículos Ltda.	-	34	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
BBC Leasing S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Arrendamento Mercantil	54	179	1	-	-	-	-	-	114	179	-	-	-	-	-	-
Consórcio Sorocaba	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CS Brasil Transportes	1.190	-	-	-	-	-	-	-	1.766	-	32.572	-	-	-	-	-

continua

(i) Refere-se a provisão sobre a realização dos impostos a recuperar de ICMS decorrente de serviços e locações prestadas ao Estado do Rio de Janeiro em anos anteriores referente ao saldo cindido da CS Transportes mencionado na nota explicativa 1.1. A movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 estão demonstradas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Saldos em 31 de dezembro de 2020	663	(66.555)		
IR/CS diferidos reconhecidos no resultado	4.826	(49.011)		
IR/CS diferidos reconhecidos sobre outros saldos	2.382	2.382		
IR/CS sobre <i>swap</i> - outros resultados abrangentes	-	7.413		
Cisão	-	21.618		
Saldos em 31 de dezembro de 2021	7.871	(84.153)		

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Saldos em 31 de dezembro de 2019	-	(49.772)		
IRPJ/CSLL diferidos reconhecidos no resultado	663	(16.783)		
Saldos em 31 de dezembro de 2020	663	(66.555)		

23.1.1. Prazo estimado de realização - Os ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias serão consumidos à medida que as respectivas diferenças sejam liquidadas ou realizadas. Os prejuízos fiscais não prescrevem no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e foram contabilizados o IRPJ e CSLL diferidos para a totalidade dos prejuízos fiscais acumulados. A administração considera seu plano orçamentário e estratégico com base na previsão das realizações dos ativos e passivos que deram origem a eles, bem como nas projeções de resultado para os exercícios seguintes. A tabela abaixo apresenta o saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos contabilizados sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social por entidade do consolidado:

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
CS Participações	12.858	12.858
Total	12.858	12.858

Em 31 de dezembro de 2021, foram concluídos os estudos de recuperabilidade de dos saldos dos impostos de renda e contribuição social sobre o lucro diferido e concluiu em manter os saldos contabilizados. Esses estudos contaram com auxílio de especialistas e com premissas, consideraram as expectativas de geração de lucros tributáveis nos próximos exercícios e a realização é prevista cronograma abaixo:

	Consolidado					
	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 2 a 3 anos	De 3 a 4 anos	Acima de 4 anos	Total
Valores totais líquidos	2.712	4.061	4.375	1.710	-	12.858

23.2. Conciliação da despesa (crédito) de imposto de renda e contribuição social - Os valores correntes são calculados com base nas alíquotas atualmente vigentes sobre o lucro contábil antes do IRPJ e CSLL, acrescido ou diminuído das respectivas adições, e exclusões e compensações permitidas pela legislação vigente.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	102.850	69.772	168.371	106.537
Alíquotas nominais	34%	34%	34%	34%
IRPJ e CSLL calculados às alíquotas nominais (Adições) exclusões permanentes	(34.969)	(23.722)	(57.246)	(36.223)
Equivalência patrimonial	56.920	35.156	-	(175)
Efeitos dos juros sobre capital próprio - recebidos e pagos	(17.616)	(10.771)	(3.041)	-
Incentivos fiscais - PAT	-	-	-	813
Despesas indedutíveis e outras (adições) exclusões permanentes	419	(22)	967	(539)
IRPJ e CSLL apurados	4.754	641	(59.320)	(36.124)
Corrente	(72)	(22)	(10.309)	(19.341)
Diferido	4.826	663	(49.011)	(16.783)
IRPJ e CSLL no resultado	4.754	641	(59.320)	(36.124)
Alíquotas efetivas	4,62%	0,92%	-35,23%	-33,91%

(i) Saldo conforme a demonstração financeira anual publicada de dezembro de 2020 contendo as operações descontinuadas no montante correspondente de R\$ 18.672. As declarações de imposto de renda da Companhia e suas controladas estão sujeitas à revisão das autoridades fiscais por um exercício de cinco anos a partir do fim do exercício em que é entregue. Em virtude destas inspeções, podem surgir impostos adicionais e penalidades sujeitos a juros. Entretanto, a Administração é de opinião de que todos os impostos têm sido pagos ou provisionados de forma adequada. **23.3. Imposto de renda e da contribuição social a recuperar e a recolher** - A movimentação do imposto de renda e contribuição social correntes no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Saldos em 31 de dezembro de 2020	4.852	21.025		
Provisão de IR/CS do exercício a pagar	(72)	(15.197)		
Antecipações, compensações e recolhimentos no exercício	8.807	20.072		
Cisão (i)	-	(7.513)		
Saldos em 31 de dezembro de 2020	13.587			

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
Exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Ativo												Consolidado Passivo			
	Contas a receber (nota 9) (i)		Outros créditos (nota 11) (ii)		Partes relacionadas a receber		Dividendos a pagar (nota 25.3 a) (vii)		Fornecedores (nota 14) (v)		Outras contas a pagar (nota 21) (iv)		Partes relacionadas a pagar		Adiantamentos de clientes (nota 20) (vi)	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
CS Holding	3	-	555	-	-	-	-	-	-	-	641	-	-	-	-	-
JSL Corretora e Administradora de Seguros Ltda.	-	2	-	-	-	-	-	-	3	-	-	-	-	-	-	-
JSL S.A.	136	16.233	2	1.717	-	-	-	-	44	6.485	46	9	-	453	-	4.780
Medlogística Prestação de Serviços de Logística S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mogi Mob Transporte de Passageiros Ltda.	-	-	-	10.228	-	1.800	-	-	-	185	-	-	-	-	-	-
Mogipasses Comércio de Bilihetes Eletrônicos Ltda.	-	134	-	-	-	-	-	-	12	-	6	-	-	-	-	-
JSL Empreendimentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Movida Locação de Veículos S.A.	53	38	21	158	-	-	1.376	-	102	250	7	-	-	-	-	-
Movida Participações S.A.	-	50	-	3	-	-	30.560	-	-	57	-	-	-	-	-	-
Original Distribuidora de Peças e Acessórios Ltda.	-	1	-	-	-	-	-	-	-	349	1	1	-	-	-	-
Original Veículos Ltda.	-	314	-	20	-	-	-	-	-	178	1	-	-	-	-	-
Ponto Veículos Ltda.	1	170	-	-	-	-	-	-	-	178	-	-	-	-	-	-
Quatai Transporte de Passageiros SPE S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Quick Logística Ltda.	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	34	-	-	-	-
Ribeira Empreendimentos Imobiliários Ltda.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Simpár S.A.	-	-	5.080	1.786	-	-	2.348	19.071	-	-	34	5.080	6.875	1.145	-	-
Simpár Europe	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TPG Transporte de Passageiros Ltda.	-	351	-	-	-	-	-	-	-	2.322	144	144	-	-	-	-
Transrio Caminhões, Ônibus, Máquinas e Motores Ltda.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	61	1	2	-	-	-	-
Vamos Locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos S.A.	225	1.435	-	-	-	-	-	-	97	5.864	129	92	-	-	-	-
Yolanda Logística Armazém Transportes e Serviços Gerais Ltda.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-
Vamos Seminovos S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Medlogística	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Vamos Agrícola	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Movida Locação de Veículos Prêmio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
JSL S.A. Argentina	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	1.662	18.942	5.659	13.912	-	1.800	34.284	19.071	2.123	16.157	38.622	7.165	-	1.598	-	4.780
Circulante	1.662	5.798	5.659	11.362	-	-	34.284	19.071	2.123	16.157	38.622	7.165	-	453	-	4.780
Não circulante	-	13.144	-	2.550	-	1.800	-	-	-	-	-	-	-	1.145	-	-
Total	1.662	18.942	5.659	13.912	-	1.800	34.284	19.071	2.123	16.157	38.622	7.165	-	1.598	-	4.780

24.2. Transações entre partes relacionadas com efeito no resultado - (i) Locações de veículos e outros ativos efetuadas entre as empresas, por valores equivalentes de mercado, cujas precificações variam de acordo com as características dos veículos, data da contratação, e planilha de custos inerentes aos ativos, como depreciação e juros de financiamento; (ii) Serviços prestados referem-se a eventuais serviços contratados por valores equivalentes de mercado, principalmente relacionados a transportes de cargas ou intermediação de ativos desmobilizados e venda direta de montadoras; (iii) Venda de ativos desmobilizados, principalmente relacionados a veículos que costumavam ser locados por essas partes relacionadas, e por estratégia de negócios foram transferidos pelos valores residuais contábeis, que se aproximavam do valor de mercado; (iv) A Companhia compartilha certos serviços administrativos com as empresas do grupo Simpar. Essas despesas são rateadas e repassadas pelo seu valor efetivamente incorrido para reembolso a ser recebido, ficando apresentadas nas contas contábeis de despesas administrativas e comerciais; e (v) Eventualmente são realizadas transações de mútuo e cessão de direitos de contas a receber com empresas do Grupo. Os custos financeiros ou receitas financeiras oriundas dessas transações são calculadas por taxas definidas em contrato. No quadro abaixo apresentamos os resultados nas rubricas de receitas, custos, deduções e outras receitas e despesas operacionais para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 de transações entre as empresas do Grupo e suas partes relacionadas:

Resultado	Locações e serviços prestados		Locações e serviços tomados		Receita na venda ativos		Custo na venda de ativos		Despesas administrativas, comerciais e recuperação de despesas		Receita financeira		Despesa financeira	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Transações eliminadas no resultado														
CS Brasil Participações	-	-	(24.629)	(20.217)	-	-	-	-	-	648	-	3.552	965	(648)
CS Brasil Transportes (i)	-	6.275	-	(7.815)	-	3.915	-	(3.915)	-	(7.843)	-	-	-	(3.552)
CS Brasil Frotas	23.984	22.431	-	(674)	11.508	3.220	(11.508)	(3.220)	(320)	7.843	-	-	-	-
Total	23.984	28.706	(24.629)	(28.706)	11.508	7.135	(11.508)	(7.135)	(320)	648	-	3.552	965	(4.200)
Transações com partes relacionadas														
CS Brasil Transportes (Nota 24.3)	6.731	-	(1.339)	-	3.933	-	(3.933)	-	(11.701)	-	-	-	-	(1.949)
CS Finance	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(11.532)
CS Holding	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4
Avante Veículos	-	-	-	-	34	1.129	(34)	(1.129)	-	-	-	-	-	-
JSL S.A.	-	2	(25)	(473)	-	10.190	-	(10.190)	-	-	-	-	-	(16.317)
Original Distrib de Peças e Acess. Ltda.	-	-	-	(245)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Original Veículos Ltda.	-	-	(20)	(140)	10.794	9.856	(10.794)	(9.856)	(2)	-	-	-	-	-
Ponto Veículos Ltda	118	-	(27)	(42)	3.135	2.845	(3.135)	(2.845)	-	-	-	-	-	-
Vamos Locação de Cam. Máq. e Equip S.A.	-	-	-	(32)	9.523	5	(9.523)	(5)	-	(821)	-	-	-	-
Mogi Mob Transporte de Passageiros Ltda.	-	-	-	-	-	78	-	(78)	-	1.072	-	-	-	-
Mogipasses	-	-	-	-	-	-	-	-	-	96	-	-	-	-
Movida Locação de Veículos S.A.	70	-	(103)	(345)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Movida Participações S.A.	-	-	-	(2)	-	33	-	(33)	-	-	-	-	-	-
SIMPÁR (Nota 24.3)	-	-	(0)	-	-	-	-	-	(5.258)	-	-	-	-	-
Ribeira Imóveis	-	-	-	(5.056)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transrio Cam. Ônibus, Máq. e Equipamentos Ltda.	-	-	(2)	(220)	-	174	-	(174)	-	-	-	-	-	-
TPG - Transporte de Passageiros Ltda.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	145	-	-	-	-
JSL Arrendamento	-	-	-	-	367	-	(367)	-	-	-	-	-	-	-
Quick Logística	-	-	(84)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros (ii)	-	-	(37)	(1.070)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	6.919	2	(1.637)	(7.625)	27.786	24.310	(27.786)	(24.310)	(16.961)	492	-	3.552	(13.477)	(16.317)
Total	30.903	28.708	(26.266)	(36.331)	39.293	31.445	(39.293)	(31.445)	(17.281)	1.140	-	3.552	(12.513)	(20.517)

(i) Operação descontinuada conforme mencionado na nota explicativa 1.3.

(ii) Refere-se a serviços de consultoria tributária prestados por escritórios de advocacia tributária de membros dos Conselhos de Administração e Fiscal do Grupo Simpar, outras despesas e recuperação de despesas diversa.

24.3. Centro de serviços administrativos - O Grupo CS Brasil, com o objetivo de melhor distribuir os gastos comuns entre as empresas usuárias de serviços compartilhados, efetua os respectivos rateios, de acordo com critérios definidos por estudos técnicos apropriados sobre estes gastos compartilhados na mesma estrutura e BackOffice. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 o montante relativo à recuperação de despesas, efetuada pela CS Brasil Transportes foi de R\$ 11.701 e com a controladora final Simpar foi de R\$ 5.258. Não é cobrada taxa de administração ou aplicada margem de rentabilidade sobre os serviços compartilhados, repassando somente os custos. **24.4. Remuneração dos administradores** - A Administração da Companhia é composta pela Diretoria Executiva, sendo que a remuneração dos executivos e administradores, que inclui todos os encargos sociais e benefícios, foram registradas na rubrica "Despesas administrativas", e estão resumidas conforme a seguir:

	31/12/2021	31/12/2020
Remuneração fixa	(1.845)	(1.080)
Remuneração variável	(2.548)	(1.412)
Encargos e benefícios	(44)	(37)
Remuneração baseada em ações	(887)	(85)
Total	(5.324)	(2.614)

Os administradores estão incluídos no plano de remuneração baseado em ações da controladora Simpar. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e para o exercício de 31 de dezembro de 2020 (data da constituição) a 31 de dezembro de 2019 foram exercidas opções de ações da Simpar pelos administradores (vide nota 25.2). A Administração não possui benefícios pós-emprego e nem outros benefícios relevantes de longo prazo.

Plano	Ano de outorga	Quantidade de opções	Tranche	Preço do exercício	Valor justo da opção	Volatilidade
VII	2017	5.208	1	9,03	8,51	42,31%
VII	2017	5.208	2	9,03	8,51	42,31%
VII	2017	10.415	3	9,03	8,5	42,31%

Movimentação durante os exercícios - A tabela a seguir apresenta a quantidade e a média ponderada do preço de exercício e o movimento das opções de ações durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020:

Posição em 31 de dezembro de 2019	Direitos de opções de ações outorgadas			Exercidas em circulação	Preço médio do exercício (R\$)
	Canceladas	Exercidas	em circulação		
Transferência de administradores (i)	135.571	-	-	135.571	9,07
Transferência aos beneficiários	-	-	(75.319)	(75.319)	10,18
Outorgas canceladas	-	(78.344)	-	(78.344)	11,93
Posição em 31 de dezembro de 2020	215.892	(78.344)	(111.990)	25.558	10,06
Ocorrências do 2º Tri - 2021	-	-	(15.141)	(15.141)	8,59
Ocorrências do 3º Tri - 2021	31.251	-	-	31.251	-
Posição em 31 de dezembro de 2021	247.143	(78.344)	(127.131)	41.668	-

(i) Conforme reestruturação do Grupo Simpar, parte dos administradores que estavam registrados na JSL, foram transferidos para CS Brasil Transportes.

Plano	Ano de outorga	Quantidade de opções	Tranche	Preço do exercício	Valor justo da ação na data da outorga	Volatilidade
I	2018	5.604	3	0,00	7,68	41,16%
I	2018	5.603	4	0,00	7,68	41,16%
II	2019	18.252	2	0,00	6,17	41,16%
II	2019	18.252	3	0,00	6,17	41,16%
II	2019	18.250	4	0,00	6,17	41,16%

Movimentação durante os exercícios - A tabela a seguir apresenta a quantidade e o movimento das ações restritas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e o exercício findo em 31 de dezembro de 2020:

Posição em 31 de dezembro de 2019	Direitos de ações outorgadas			Exercidas em circulação	Preço médio do exercício (R\$)
	Canceladas	Exercidas	em circulação		
Transferência de administradores	56.170	-	-	56.170	6,52
Outorgas concedidas	29.079	-	-	29.079	8,12
Outorgas canceladas	-	(19.840)	-	(19.840)	6,81

25. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

25.1. Capital social - O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2021, é de R\$ 23.734 (R\$ 365.458 em 31 de dezembro de 2020) dividido em 365.458.477 ações sem valor nominal, sendo 100% pertencente à controladora Movida Participações S.A. Em 26 de julho de 2021, como mencionado na nota explicativa 1.1.a, em assembleia geral extraordinária, foi aprovada a reestruturação societária da Companhia, e consequentemente, os acionistas aprovaram a cisão parcial da Companhia, sendo parte como redução

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
Exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Quantidade de ações				Preço médio do exercício (R\$)
	Direitos de ações outorgadas	Canceladas	Exercidas	Direitos de ações em circulação	
Posição em 31 de dezembro de 2019	95.421	-	-	95.421	6,90
Transferência de administradores (i)	56.170	-	-	56.170	6,52
Outorgas concedidas	29.079	-	-	29.079	8,12
Outorgas canceladas	-	(19.840)	-	(19.840)	6,81
Outorgas exercidas	-	-	(39.017)	(39.017)	6,75
Posição em 31 de dezembro de 2020	180.670	(19.840)	(39.017)	121.813	7,02

Por meio de sua controlada CS Brasil Transportes foi reconhecido na rubrica "Outros ajustes patrimoniais reflexos de controladas" o montante de R\$ 17 referente a "transações com pagamentos baseados em ações". **b) Adiantamento para futuro aumento de capital – AFAC** - Em setembro de 2021 foi realizado um adiantamento para futuro aumento de capital em R\$315.000. Este adiantamento foi concedido em caráter irrevogável e sem vencimentos, oriunda de sua controladora e visa atender as necessidades de capital de giro e de investimentos correntes da Companhia. A operação de capitalização foi efetuada dentro dos critérios estabelecidos pela legislação vigente. **25.3. Reserva de lucros - a) Distribuição de dividendos** - Conforme o Estatuto Social da Companhia, os seus acionistas possuem direito a dividendo mínimo obrigatório anual de 25% sobre lucro líquido do exercício ajustado para: i. 5% da reserva legal sobre o lucro líquido do exercício; ii. Importância destinada à formação de reserva para contingências e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores. Uma parcela do lucro líquido também poderá ser retida com base em um orçamento de capital de uma reserva de lucros estatutária denominada "reserva de investimentos". O montante de dividendos a ser efetivamente distribuído é aprovado na Assembleia Geral Ordinária ("AGO") que aprova as demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício anterior, com base na proposta apresentada pela Diretoria e aprovada pelo Conselho de Administração. Os dividendos são distribuídos conforme deliberação da AGO, realizada nos primeiros quatro meses de cada ano. O Estatuto Social da Companhia permite ainda, distribuições de dividendos intercalares e intermediários, podendo ser descontados do dividendo obrigatório anual. Os juros sobre capital próprio são calculados sobre as contas do patrimônio líquido, exceto reservas de reavaliação não realizada, ainda que capitalizada, aplicando-se a variação da taxa de juros de longo prazo (TLP) do exercício. O pagamento é condicionado à existência de lucros no exercício antes da dedução dos juros sobre capital próprio, ou de lucros acumulados e reservas de lucros. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, os cálculos e as movimentações dos dividendos e juros sobre capital próprio estão demonstrados a seguir:

26. COBERTURA DE SEGUROS (NÃO AUDITADO – SALDO EM REAIS)

A Companhia e suas controladas mantêm seguros, cuja cobertura contratada é considerada pela Administração suficiente para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades. As coberturas de seguros são: a) Seguros para garantias de obrigações públicas. O Grupo possui seguros para garantias de obrigações oriundas de contratos de locação de veículos para órgãos públicos por meio da sua controlada CS Frotas em 31 de dezembro de 2021, conforme demonstrado abaixo:

Beneficiário	Garantia	Local (UF)	Importância Segurada	Vigência Inicial	Vigência Final
Órgãos ligados ao Governo do Estado da Bahia	Locação de veículos / Gestão com manutenção	BA	773.763	07/08/20	06/05/23
Órgãos ligados ao Governo do Estado do Ceará	Locação de veículos / Gestão com manutenção	CE	1.338.860	14/09/20	15/09/23
Órgãos ligados ao Governo do Estado do Distrito Federal	Locação de veículos / Gestão com manutenção	DF	1.011.498	17/04/21	21/12/23
Órgãos ligados ao Governo do Estado do Espírito Santo	Locação de veículos / Gestão com manutenção	ES	18.835	25/03/21	24/06/22
Órgãos ligados ao Governo do Estado de Goiás	Locação de veículos / Gestão com manutenção	GO	129.743	05/03/21	24/05/23
Órgãos ligados ao Governo do Estado de Minas Gerais	Locação de veículos / Gestão com manutenção	MG	4.429.576	14/10/20	18/04/26
Órgãos ligados ao Governo do Estado de Mato Grosso do Sul	Locação de veículos / Gestão com manutenção	MS	53.616	20/05/21	20/08/22
Órgãos ligados ao Governo do Estado de Mato Grosso	Locação de veículos / Gestão com manutenção	MT	780.341	06/05/21	06/10/22
Órgãos ligados ao Governo do Estado da Paraíba	Locação de veículos / Gestão com manutenção	PB	188.822	09/02/21	26/08/22
Órgãos ligados ao Governo do Estado de Pernambuco	Locação de veículos / Gestão com manutenção	PE	1.325.415	06/01/20	31/01/24
Órgãos ligados ao Governo do Estado do Paraná	Locação de veículos / Gestão com manutenção	PR	2.449.453	11/01/21	09/07/24
Órgãos ligados ao Governo do Estado do Rio de Janeiro	Locação de veículos / Gestão com manutenção	RJ	792.255	05/02/20	07/10/24
Órgãos ligados ao Governo do Estado do Rio Grande do Norte	Locação de veículos / Gestão com manutenção	RN	35.900	10/06/21	10/07/22
Órgãos ligados ao Governo do Estado de Rondônia	Locação de veículos / Gestão com manutenção	RO	58.742	19/06/21	18/09/22
Órgãos ligados ao Governo do Estado do Rio Grande do Sul	Locação de veículos / Gestão com manutenção	RS	1.835.647	07/10/20	22/10/23
Órgãos ligados ao Governo do Estado de São Paulo	Locação de veículos / Gestão com manutenção	SP	7.859.295	17/04/19	18/04/25
Órgãos ligados ao Governo do Estado do Tocantins	Locação de veículos / Gestão com manutenção	TO	831.856	18/06/21	12/08/22
Órgãos ligados a diversos estados	Locação de veículos / Gestão com manutenção	--	650.657	18/08/20	18/11/23
SUBTOTAL			24.564.273		

b) Frotas - A Companhia e suas controladas, contratam seguro para frota conforme exigências contratuais e para cobertura de danos a terceiros, entretanto na sua maior parte faz a auto-gestão de risco de sinistros de sua frota, tendo em vista o custo versus benefício do prêmio. **Responsabilidade sobre propriedade de terceiros** - Os seguros sobre propriedade de terceiros estão apresentados da seguinte forma:

Serviços segurados	Consolidado	
	Vigência	Cobertura
Incêndio, queda de raio e explosão, prédio e conteúdo	31/12/21 a 31/12/22	59.300
Danos elétricos	31/12/21 a 31/12/22	1.000
Vendaval, furacão, ciclone, tornado, granizo e impactos nos veículos	31/12/21 a 31/12/22	3.000
Quebra de vidros	31/12/21 a 31/12/22	10
Desmoroamento	31/12/21 a 31/12/22	60
Roubo ou furto qualificado	31/12/21 a 31/12/22	1.000
Equipamentos estacionários	31/12/21 a 31/12/22	500
Equipamentos móveis	31/12/21 a 31/12/22	570
Responsabilidade civil de operações	31/12/21 a 31/12/22	1.520
Lucros cessantes	31/12/21 a 31/12/22	600
Alagamento/ Inundação	31/12/21 a 31/12/22	3.000
Movimentação interna de mercadorias	31/12/21 a 31/12/22	350
Responsabilidade civil - empregador	31/12/21 a 31/12/22	1.000
Outros	31/12/21 a 31/12/22	5.550
Total de cobertura		77.460

27. RECEITA LÍQUIDA LOCAÇÃO, PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E VENDA DE ATIVOS DESMOBILIZADOS

a) Fluxos de receitas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Receita de locação (i)	24.203	18.347	396.886	249.019
Receita líquida de venda, locação e prestação de serviços	24.203	18.347	396.886	249.019
Receita de venda de ativos desmobilizados (ii)	13.164	4.464	159.361	119.910
Receita líquida de operações continuadas	37.367	22.811	556.247	368.929
Receita de operações descontinuadas	-	-	308.950	432.173
Receita líquida total	37.367	22.811	865.197	801.102

	CS Brasil Participações		CS Brasil Frotas	Eliminações		Total	Operações descontinuadas (i)	
	31/12/2021	31/12/2020		31/12/2021	31/12/2020		31/12/2021	31/12/2020
Receita de transporte de passageiros	-	-	-	-	-	37.213	23.348	37.213
Receita de limpeza e coleta urbana	-	-	-	-	-	51.495	30.494	51.495
Receita de locação - GTF Leves	17.897	10.136	378.967	282.018	(17.572)	379.292	368.612	45.592
Receita de locação - GTF Pesados	5.830	6.500	15.773	11.712	(6.425)	15.178	18.623	6.668
Receita de locação - GTF MO	476	1.711	1.940	289	(2.193)	2.416	150.270	125.203
Outros	-	-	-	-	-	523	505	523
Receita líquida de venda, locação e prestação de serviços	24.203	18.347	396.680	294.019	(23.997)	396.886	626.736	231.810
Receita de venda de ativos desmobilizados	13.164	4.464	157.631	88.016	(11.434)	159.361	174.366	77.140
Receita líquida total	37.367	22.811	554.311	382.035	(35.431)	556.247	801.102	308.950

(i) Receita de operação descontinuada conforme mencionado na nota explicativa 1.3.

28. GASTOS POR NATUREZA

As informações de resultado do Grupo são apresentadas por função. A seguir está demonstrado o detalhamento dos gastos por natureza:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Custo / despesas com frota (iii)	(4.384)	(2.259)	(56.439)	(12.532)
Custo de venda de ativos desmobilizados	(14.383)	(4.642)	(121.207)	(80.459)
Pessoal e encargos	-	(75)	(21.562)	(14.372)
Agregados e terceiros	-	-	-	-
Depreciação e amortização	(8.634)	(9.136)	(76.007)	(70.850)
Peças, pneus e manutenções	(37)	-	(39.043)	(24.213)
Combustíveis e lubrificantes	-	-	(6.837)	(3.262)
Comunicação, propaganda e publicidade	(296)	(15)	(415)	(3.262)
Serviços tomados	(1.196)	(492)	(15.903)	(5.380)
Reversão (Provisão) de perdas esperadas ("impairment")	-	-	-	-
de contas a receber	-	-	(144)	(476)
Indenizações judiciais	-	-	(35)	(2)
Aluguel de imóveis	-	-	(1.145)	(593)
Energia elétrica	-	-	-	-
Aluguéis de veículos, máquinas e equipamentos	-	-	(1.633)	(12.821)
Recuperação de PIS e COFINS (i)	2.067	842	37.315	15.324
Crédito de impostos extemporâneos	-	-	(254)	(254)
Outros custos	(262)	(127)	(8.580)	(16.451)
	(27.125)	(15.904)	(311.889)	(229.603)
Custo das vendas, locações e prestações de serviços	(11.102)	(10.553)	(168.590)	(138.870)
Custo de venda de ativos desmobilizados	(14.383)	(4.642)	(121.207)	(80.459)
Despesas comerciais	-	-	(3.006)	(405)
Despesas administrativas	(1.640)	(709)	(19.122)	(11.144)
Reversão (provisão) de perdas esperadas ("impairment")	-	-	-	-
de contas a receber	-	-	(144)	(547)
Outras receitas/despesas operacionais líquidas	-	-	180	1.822
	(27.125)	(15.904)	(311.889)	(229.603)

(i) O Créditos de PIS e COFINS sobre aquisição de insumos e encargos de depreciação registrados como redutores dos custos dos produtos e serviços vendidos, para melhor refletir as naturezas dos respectivos créditos e despesas.

(ii) Inclui despesas com IPVA, manutenções, pedágios de frotas utilizadas nas operações.

	Controladora
Lucro líquido do exercício	128.963
Lucro líquido, base para proposição da reserva legal	128.963
(-) Reserva legal (5% limitado a 20% do capital social)	(1.226)
Lucro líquido do exercício, base para proposição de dividendos	127.737
Dividendos mínimos	31.934
Dividendos adicionais distribuídos	-
Dividendos distribuídos	31.934
Total dividendos e juros sobre capital próprio propostos/distribuídos:	31.934
Percentual sobre o lucro líquido do exercício deduzido da reserva legal	25%

	Controladora
Lucro líquido do exercício	70.413
Lucro líquido, base para proposição da reserva legal	70.413
(-) Reserva legal (5% limitado a 20% do capital social)	(3.521)
Lucro líquido do exercício, base para proposição de dividendos	66.892
Dividendos constituídos (25%)	16.723

O saldo das reservas de lucros em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 123.226 (R\$ 58.487 em 31 de dezembro de 2020). **b) Reserva legal** - A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício da Companhia, limitada a 20% do capital social. Sua finalidade é assegurar a integridade do capital social. Ela poderá ser utilizada somente para compensar prejuízo e aumentar o capital. Quando o Grupo apresentar prejuízo no exercício, não haverá constituição de reserva legal. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram constituídos R\$ 1.226 de reserva legal (R\$ 3.521 em 31 de dezembro de 2020). **25.4. Participação de não controladores** - A Companhia trata as transações com participações de não controladores como transações com proprietários de ativos do Grupo. Para as compras de participações de não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia possui o valor de R\$ 952.110 relacionado a participação de não controladores, composto por R\$ 1.447 referente a lucro do exercício, R\$ 313.646 referente às debêntures conversíveis em ações emitidas líquidas do ajuste a valor presente, R\$ 597.000 referente às debêntures cindidas e R\$ 40.017 de resultado de variação de participação da CS Participações para a Movida RAC.

	Local (UF)	Importância Segurada	Vigência Inicial	Vigência Final
	BA	773.763	07/08/20	06/05/23
	CE	1.338.860	14/09/20	15/09/23
	DF	1.011.498	17/04/21	21/12/23
	ES	18.835	25/03/21	24/06/22
	GO	129.743	05/03/21	24/05/23
	MG	4.429.576	14/10/20	18/04/26
	MS	53.616	20/05/21	20/08/22
	MT	780.341	06/05/21	06/10/22
	PB	188.822	09/02/21	26/08/22
	PE	1.325.415	06/01/20	31/01/24
	PR	2.449.453	11/01/21	09/07/24
	RJ	792.255	05/02/20	07/10/24
	RN	35.900	10/06/21	10/07/22
	RO	58.742	19/06/21	18/09/22
	RS	1.835.647	07/10/20	22/10/23
	SP	7.859.295	17/04/19	18/04/25
	TO	831.856	18/06/21	12/08/22
	--	650.657	18/08/20	18/11/23
		24.564.273		

(i) Reconhecimento de receita de acordo com CPC 06 (R2) / IFRS 16 - Arrendamentos.

(ii) Reconhecimento de receita de acordo com CPC 47 / IFRS 15 - Receita de contrato com cliente.

(iii) Saldo conforme a demonstração financeira anual publicada de dezembro de 2020 contendo as operações descontinuadas. Abaixo apresentamos a conciliação entre as receitas brutas para fins fiscais e a receita apresentada nas demonstrações de resultado do exercício:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Receita bruta	39.859	24.681	940.065	887.694
Menos:				
Impostos sobre vendas	(2.492)	(1.870)	(72.182)	(85.639)
Devoluções e cancelamentos	-	-	(2.686)	(953)
Receita líquida total	37.367	22.811	865.197	801.102

b) Desagregação da receita de contrato com cliente - Na tabela seguinte, apresenta-se a composição analítica da receita de contrato com cliente das principais linhas de negócio e época do reconhecimento da receita. Ela também inclui a conciliação da composição analítica da receita da Companhia:

	31/12/2021	Consolidado
Principais produtos e serviços		
Receita de locação	24.203	18.347
Receita líquida de venda, locação e prestação de serviços	24.203	18.347
Receita de venda de ativos desmobilizados	13.164	4.464
Receita líquida total	37.367	22.811

	31/12/2021	Consolidado
Tempo de reconhecimento de receita		
Produtos transferidos em momento específico no tempo	13.164	4.464
Produtos e serviços transferidos ao longo do tempo	24.203	18.347
Receita líquida total	37.367	22.811

29. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora	Consolidado
Receitas financeiras	31/12/	

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 31 de dezembro de 2021, os recebimentos futuros de arrendamentos são como segue:

	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 2 a 3 anos	De 3 a 4 anos	De 4 a 5 anos	Total
CS Frotas	386.802	151.756	47.649	32.606	4.359	623.172
Total	386.802	151.756	47.649	32.606	4.359	623.172

32. INFORMAÇÕES SUPLEMENTARES DOS FLUXOS DE CAIXA

As demonstrações dos fluxos de caixa pelo método indireto, são preparadas e apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) IAS 7 - Demonstração dos Fluxos de Caixa. O Grupo faz aquisições de veículos para renovação e expansão de sua frota e, parte destas aquisições não afetam os fluxos de caixa por serem financiadas. Abaixo está demonstrada a reconciliação dessas aquisições e os fluxos de caixa.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Total das adições de imobilizado no exercício	42.045	54.438	1.329.402	646.084
Aquisições de imobilizado por arrendamentos a pagar e risco sacado a pagar - montadoras	-	-	(1.536)	-
Cisão - Reestruturação societária	-	-	(454.223)	(110.692)
Adição de Arrendamentos por direito de uso (nota 19)	-	-	-	(11.526)
Varição no saldo de fornecedores, montadoras de veículos a pagar e <i>reverse factoring</i>	48.045	(51.989)	(34.018)	(140.380)
Total dos fluxos de caixa na compra de ativo imobilizado	90.090	2.449	839.625	383.486
Demonstrações dos fluxos de caixa:				
Imobilizado operacional para locação	48.045	2.449	836.637	340.417
Imobilizado	42.045	-	2.988	43.069
Passivo a descoberto	-	-	-	-
Total	90.090	2.449	839.625	383.486

32.1. Classificação de juros sobre capital próprio e dividendos como atividades de investimento e financiamento - A Companhia classifica os dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos ou pagos como fluxo de caixa das atividades de investimento ou financiamento, respectivamente, com o objetivo de evitar distorções nos seus fluxos de caixa operacionais em

função do caixa proveniente destas operações. Os juros sobre capital próprio e dividendos recebidos ou pagos são classificados como fluxo de caixa nas atividades de investimento como retorno sobre os investimentos que a Companhia possui ou como atividades de financiamento, pois considera-se que se referem aos custos de obtenção de recursos financeiros.

33. EVENTOS SUBSEQUENTES

33.1. Transferência de 2ª emissão de debêntures da CS Participações e Locações S.A para a CS Holding e Locação S.A. Em Assembleia Geral de Debenturistas realizada em 05 de janeiro de 2022 foi aprovado ratificação da transferência, pela CS Participações, de todos e quaisquer direitos e obrigações por ela assumidos no âmbito das Debêntures no montante de R\$ 150.000, para a CS Holding, em decorrência de sucessão legal, nos termos do "Protocolo e Justificação de Cisão Parcial da CS Brasil Participações e Locações S.A. e Incorporação da Parcela Cindida pela CS Brasil Holding e Locação S.A." celebrado em 24 de junho de 2021 entre CS Participações e CS Holding ("Protocolo de Cisão Parcial"), de modo que (a) a CS Holding passará a figurar como emissora das Debêntures; e (b) a Emissão constituirá a 2ª (segunda) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia flutuante e com garantia fidejussória adicional, em série única, para distribuição pública com esforços restritos, da CS Holding ("Reorganização Societária Permitida"); (ii) a alteração do Instrumento Particular de Escritura da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Flutuante e com Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da CS Brasil Participações e Locações S.A. ("Escritura de Emissão") para alterar: (i) o título da Escritura de Emissão, que passará a ser denominada como "Instrumento Particular de Escritura da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, com Garantia Flutuante e com Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da CS Brasil Holding e Locação S.A."; (ii) bem como as demais referências e/ou dados cadastrais ao longo da Escritura de Emissão, a fim de refletir o ingresso da Emissora Ingressante na qualidade de nova Emissora; (iii) a Cláusula 3.1 à Escritura de Emissão, a fim de refletir o objeto social da Emissora Ingressante como atual Emissora das Debêntures. **33.2 Situação Ucrânia e Rússia** - A Companhia tem acompanhado os desdobramentos do conflito entre a Ucrânia e a Rússia e entende que, considerando que não possui quaisquer tipos de relacionamentos diretos com clientes ou fornecedores desses países, os principais impactos econômicos estão relacionados com a alta de preços de commodities, em especial aquelas relacionadas a gás natural e petróleo, em função das altas nos preços de combustíveis no Brasil. A administração não identificou impactos nas presentes demonstrações financeiras e não espera efeitos relevantes no desempenho de suas atividades e em sua posição patrimonial decorrentes do cenário descrito.

Carolina Quirino Martins - Contadora - CRC 1SP 328973

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Fernando Antonio Simões
Diretor Presidente

Denys Marc Ferrez
Conselheiro

Antônio da Silva Barreto Junior
Conselheiro

Declaração da Diretoria sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas da CS Brasil Participações e Locações S.A.

Em conformidade com o inciso VI do artigo 25 da Instrução CVM 480, de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas da CS Brasil Participações e Locações S.A. referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, autorizando a conclusão nesta data. Mogi das Cruzes, 17 de março de 2022.

João Bosco Ribeiro de Oliveira Filho
Diretor Presidente

Anselmo Toletino Soares Junior
Diretor Financeiro

DIRETORIA EXECUTIVA

João Bosco Ribeiro de Oliveira Filho
Diretor Presidente

Anselmo Toletino Soares Junior
Diretor Administrativo Financeiro e de Relações com Investidores

Declaração da Diretoria sobre o Relatório de Auditoria dos Auditores Independentes

Em conformidade com o inciso V do artigo 25 da Instrução CVM 480, de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com as conclusões expressas no Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas da CS Brasil Participações Locações S.A., referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Mogi das Cruzes, 17 de março de 2022.

João Bosco Ribeiro de Oliveira Filho
Diretor Presidente

Anselmo Toletino Soares Junior
Diretor Financeiro

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas CS Brasil Participações e Locações S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da CS Brasil Participações e Locações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da CS Brasil Participações e Locações S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CS Brasil Participações e Locações S.A. e da CS Brasil Participações e Locações S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso Julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Porque é um PAA

Estimativa do valor residual dos veículos destinados a locação (Nota 2.8c e 13)

A Companhia e sua controlada revisa, no mínimo anualmente, as premissas utilizadas para determinar o valor residual considerado no cálculo da depreciação dos veículos destinados a locação.

Esse assunto foi considerado uma área de foco de auditoria porque implica no uso de premissas que exigem julgamento e avaliação por parte da administração para a determinação da estimativa do valor de venda, e quaisquer mudanças nessas premissas podem implicar em ajustes, com impacto relevante no resultado do exercício, especialmente na despesa de depreciação e no resultado das alienação no futuro.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria consideraram, entre outros, o entendimento dos critérios estabelecidos pela administração para a determinação do valor residual dos veículos destinados a locação.

Testamos, com base em amostragem, os valores estimados de venda, considerando transações históricas da Companhia e, quando aplicável, o preço de venda de veículos similares atualmente praticados e divulgados no mercado.

Também testamos, com base em amostragem, a depreciação reconhecida no exercício considerando a taxa de depreciação e valor residual estimados.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração para determinação do valor residual dos veículos destinados a locação, bem como as divulgações feitas nas notas explicativas, são consistentes e estão alinhadas com as informações analisadas em nossa auditoria.

Outros assuntos

Valores correspondentes ao exercício anterior

O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria sem ressalvas, com data de 30 de março de 2021.

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado".

Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conformidade com o inciso V do artigo 25 da Instrução CVM 480, de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com as conclusões expressas no Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas da CS Brasil Participações Locações S.A., referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Mogi das Cruzes, 17 de março de 2022.

João Bosco Ribeiro de Oliveira Filho
Diretor Presidente

Anselmo Toletino Soares Junior
Diretor Financeiro

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A diretoria da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

São Paulo, 17 de março de 2022

Adriano Formosinho Correia
Contador CRC 1BA029904/O-5



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadao.estadao.com.br/publicacoes/>